

INSTITUTO BLAISE PASCAL
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação

Luciana Lopes Humig
Wilza Rosa da Silva Lima

A INDEXAÇÃO DE DOCUMENTO NÃO TEXTUAL COMO
FERRAMENTA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO : ESTUDO DE CASO
DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Brasília - Brasil
2008

INSTITUTO BLAISE PASCAL
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação

Luciana Lopes Humig
Wilza Rosa da Silva Lima

***A INDEXAÇÃO DE DOCUMENTO NÃO TEXTUAL COMO
FERRAMENTA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO
DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR***

Brasília

2008

Luciana Lopes Humig
Wilza Rosa da Silva Lima

A INDEXAÇÃO DE DOCUMENTO NÃO TEXTUAL COMO
FERRAMENTA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO
ACERVO FOTOGRÁFICO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

*Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão
do Conhecimento, Informação e
Documentação apresentado ao INSTITUTO
BLAISE PASCAL como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Especialização
em Gestão do Conhecimento, da Informação
e Documentação.*


ORIENTADOR: Wagner Castilho, Dr.

Brasília
2008

Luciana Lopes Humig
Wilza Rosa da Silva Lima

A INDEXAÇÃO DE DOCUMENTO NÃO TEXTUAL COMO
FERRAMENTA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO
ACERVO FOTOGRÁFICO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão do
Conhecimento, Informação e Documentação
apresentado ao INSTITUTO BLAISE PASCAL
como parte dos requisitos para a obtenção do título
de Especialização em Gestão do Conhecimento, da
Informação e Documentação.



Prof. Dr. Wagner Castilho (Orientador)

Banca examinadora:

Brasília
2008

Dedicatórias

Ao meu filho Rafael que, apesar dos meus momentos de ausência dedicados ao trabalho e aos estudos, sempre me recebe com um sorriso nos lábios. (Wilza Rosa)

Aos meus pais pelo amor e apoio incondicionais, pois tudo que sou e tenho é mérito deles. (Luciana Humig)

Agradecemos primeiramente a Deus, fonte da vida e de todo o saber.

Às nossas famílias que compreenderam a importância dessa jornada e nos apoiaram em todos os momentos que tivemos que despendar do tempo com eles para nos dedicarmos aos estudos.

Aos nossos colegas de trabalho que muito nos auxiliaram ao longo desse curso de pós-graduação.

Ao orientador, Dr. Wagner Castilho, que clareou nossas idéias.

A todos, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, nossa sincera gratidão!

“Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é, pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente”. (KOSSOY, 2003)

RESUMO

As autoras se propuseram analisar a indexação como ferramenta de gestão da informação, tratando em especial do documento não textual. O trabalho inicia-se com a evolução histórica do Superior Tribunal Militar com o intuito de encadear a linha de pesquisa. A monografia aborda conceitos necessários ao entendimento e à contextualização da proposta de estudo, relativos aos dados, informação, conhecimento, gestão do conhecimento, gestão da informação e indexação de documentos textuais e não textuais, mediante uma revisão de literatura, destacando-se a questão da qualidade e do valor da informação para as organizações. O texto, ainda, destaca a atuação do profissional da informação (bibliotecários, arquivistas) no processo de gestão informacional, em especial, o indexador. Contém um breve histórico do desenvolvimento da fotografia. Ressalta a importância da compreensão dos elementos de expressão fotográfica para o entendimento da mensagem da imagem, revisa teorias referentes à análise conceitual e descritiva de imagens fixas - fotografia e, por fim, estuda a situação do acervo fotográfico do Superior Tribunal Militar, resultado da perspectiva de contribuição para a melhoria dos procedimentos técnicos do acervo fotográfico deste Tribunal.

Palavras-chave: Gestão da informação. Gestão do conhecimento. Indexação. Indexador. Fotografia. Documento não textual. Superior Tribunal Militar.

ABSTRACT

The authors analysed the indexing process as a tool for information management giving special attention to non-textual documents. The study begins with a historic evolution of the Superior Tribunal Militar in order to establish the setting in which the research was conducted. Based on a literature review, this paper concerns about quality issues and the value of information to the organizations, working with concepts that are necessary to the understanding and contextualization of its proposition and that are related to data, *information*, knowledge, knowledge management, information management, non-textual and textual document indexing. In addition, the text points out the work of professionals (librarians and archivists) in the information management process, especially regarding the indexer. Moreover, it contains a brief history of photography development; it emphasizes how important the comprehension of the photographic expression elements is to the understanding the message of an image; it reviews theories referring to the description and concept analysis of fixed images. Finally, it studies the situation of the photographic collection of the Superior Tribunal Militar as an attempt to contribute to the improvement of the organizational methods.

Key-words: Information management. Knowledge management. Indexing. Indexer. Photography. Non-textual document. Superior Tribunal Militar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Árvore do conhecimento

Figura 2. Ciclo da informação – visão da Tarapanoff

Figura 3. Ciclo da informação – visão do Wilson

Figura 4. Diagrama de classe de representação da imagem

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Escala de conceitos

Tabela 2. Objetivos e utilização da descrição de conteúdo

Tabela 3. Representação dos conteúdos da imagem

LISTA DE ABREVIATURAS

AACR2 – Código de catalogação Anglo-Americano – 2ª edição

CI – Ciência da informação

DIDOC/GD - Diretoria de Documentação e Divulgação – Gabinete da Diretora

GC – Gestão do conhecimento

GI – Gestão da informação

JMU – Justiça Militar da União

LC – Linguagem controlada

LD – Linguagem documentária

LN – Linguagem natural

RH – Recursos humanos

SRI – Sistema de recuperação da informação

STM – Superior Tribunal Militar

SUMÁRIO

1	Introdução.....	12
2	Histórico da Organização.....	13
3	Questão a ser tratada.....	13
4	Gestão do conhecimento e gestão da informação.....	15
4.1	A informação e o conhecimento.....	16
4.2	Diferenças e similaridades entre dado, informação e conhecimento.....	17
4.3	Gestão do conhecimento.....	22
4.4	O que vem a ser gestão da informação.....	27
4.4.1	Qualidade e valor informacional: atributos essenciais na gestão da informação.....	30
5	Papel do bibliotecário na gestão do conhecimento, da informação e da documentação.....	33
6	Indexação como sistema de recuperação da informação.....	35
6.1	O profissional indexador.....	47
6.1.1	Habilidades necessárias ao indexador.....	48
7	Histórico da fotografia.....	48
7.1	A fotografia revisitada pelos autores.....	50
8	Análise das imagens e indexação das fotografias.....	54
9	Estudo de caso: acervo fotográfico do STM.....	65
9.1	Atual política de indexação das fotografias.....	67
9.2	Análise conceitual.....	67
9.3	Análise descritiva das fotografias.....	68
10	Avaliação do procedimento de indexação do acervo.....	68
11	Conclusão.....	71
12	Referências bibliográficas.....	73
13	Anexos.....	81

1 INTRODUÇÃO

Mais do que nunca, as empresas necessitam de informações pontuais, com valor agregado correlacionado aos objetivos institucionais, e, portanto, relevantes para a tomada de decisão. Dessa forma, torna-se fundamental a aplicação de ferramentas e técnicas da gestão do conhecimento e da informação uma vez que possibilitam maior celeridade à transferência da informação e auxiliam na estruturação do conhecimento no âmbito da organização.

Nesse contexto, a análise técnica de assuntos e a indexação constituem-se processos básicos para a recuperação da informação. O processo de indexação é influenciado por fatores cognitivos, lógicos, institucionais, culturais, educacionais e lingüísticos, conferindo-lhe um caráter altamente intelectual. Exige do profissional indexador certo nível de conhecimento técnico-documental, entendimento do fluxo informacional e contextualização e compreensão do assunto e objeto de análise.

Até este ponto, o assunto ainda é totalmente familiar aos bibliotecários, porém, esta monografia não se atém ao documento textual, que já faz parte do cotidiano da maioria desses profissionais, adentrando nos estudos e peculiaridades do documento não textual, em especial os iconográficos. Nesse contexto, surge a questão: Pode a indexação de a fotografia ser considerada uma ferramenta da gestão da informação?

Em busca de respostas, optou-se neste trabalho pela pesquisa bibliográfica, a exploração dos escritos e conceitos de autores, estudiosos e profissionais, em parte pertencentes à área da Ciência da informação e/ou gestão do conhecimento. A revisão de literatura tratou dos aspectos inerentes à indexação como um todo e sua importância no contexto da gestão da informação, abrangendo conceituações sobre gestão do conhecimento, informação, atributos da fotografia, e culminou na análise conceitual das imagens fotográficas do Superior Tribunal Militar.

Por fim, foram aplicados questionários (Anexo C), com os responsáveis pela área do acervo fotográfico do Tribunal, com o intuito de conhecer como o trabalho é realizado e avaliar a adequação da metodologia de indexação utilizada e, caso sejam detectadas falhas na estratégia de processamento técnico, apresentar caminhos possíveis de serem trilhados com vista à otimização do serviço.

2 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

O Superior Tribunal Militar e, por extensão, a Justiça Militar Brasileira, foi criado em 1º de abril de 1808, por Alvará com força de Lei, assinado pelo Príncipe-Regente D. João VI e com a denominação de Conselho Supremo Militar e de Justiça. É, portanto, o mais antigo Tribunal Superior do País; existe há 200 anos.

Durante o Império e início da fase republicana o Tribunal foi presidido pelos Chefes de Estado: no império, pelo regente D. João VI e pelos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II e, na República, pelos presidentes Marechal Deodoro e Marechal Floriano. Somente em 18 de julho de 1893, por força do Decreto Legislativo, a Presidência do recém criado Supremo Tribunal Militar, denominação que substituiu o imperial Conselho Supremo Militar e de Justiça, passou a ser exercida por membros da própria Corte, eleitos por seus pares.

Ressalte-se que, apenas, houve mudança no nome do Tribunal, pois foram mantidos todos os componentes do antigo Conselho Supremo Militar e de Justiça, despojados de seus títulos nobiliárquicos e denominados, genericamente, Ministros. A Constituição de 1946 consagrou o nome atual: Superior Tribunal Militar - STM.

Desde sua fundação à Justiça Militar da União cabe funções judiciais e administrativas, embora só fosse introduzida, efetivamente, no Poder Judiciário, pela Constituição de 1934.

A Justiça Militar da União é especializada na aplicação da lei a uma categoria especial, a dos militares federais - Marinha, Exército e Aeronáutica, julgando apenas e tão somente os crimes militares definidos em lei. Não é um tribunal de exceção, já que atua, ininterruptamente, há duzentos anos, possui magistrados nomeados segundo normas legais permanentes e não é subordinado a nenhum outro Poder.

3 QUESTÃO A SER TRATADA

O enfoque do trabalho é a importância da indexação para a recuperação da informação e, em especial, o valor da recuperação da imagem não textual.

A preservação da memória das instituições é uma atividade essencial em um mundo que está adotando a gestão do conhecimento, a gestão informacional e documental como diferencial competitivo na medida em que proporcionam melhor

conhecimento das informações e dos registros documentais gerados no seu próprio ambiente organizacional e até mesmo fora dele.

Como a imagem assume um papel cada vez mais importante como meio de expressão em nossa sociedade, o profissional de documentação deve considerar a imagem fotográfica como documento¹, como informação a ser tratada e recuperada.

Marchiori (2002) apresenta alguns pressupostos que justificam o crescente aumento dos interesses econômicos nas atividades de informação, que são:

- o potencial tecnológico sustentará o amplo acesso à informação e, ainda, possibilitará a convergência de diferentes tipos de informação de acordo com a necessidade de um grupo ou de apenas um indivíduo;
- o reconhecimento de que a informação, para ser acessível, deve ser organizada e gerenciada;
- o reconhecimento de que as habilidades de criação, busca, análise e interpretação de informação são essenciais para indivíduos e grupos; e
- a percepção de que as necessidades de informação se tornam mais complexas e dependentes de diferentes e múltiplas fontes – cuja correta avaliação e qualidade é fator crucial para os processos de tomada de decisão.

A tecnologia da informação tem possibilitado às organizações gerar e reter grandes volumes de informação. Entretanto, muitas organizações experimentam a overdose de informação. Elas têm a informação que necessitam, mas não sabem o que elas têm. Ou, sabem que têm a informação, mas não podem achá-la. O que os gerentes necessitam é entender como e onde a informação deve estar armazenada para usá-la dentro de sua organização. (MORESI, 2006).

E, para se sobressair em seus produtos e serviços e obter vantagem competitiva, as empresas devem gerenciar e utilizar as informações contidas dentro e fora de suas instituições, e a partir de então, construir conhecimento e tomar decisões estratégicas.

¹ Guinchat e Menou (1994) definem o documento como um objeto que fornece um dado ou uma informação e, sendo ainda mais abrangentes e inspiradores: o suporte material do saber e da memória da humanidade. Le Coadic (2004) entende que documento é o termo genérico para designar os objetos portadores de informação. Sendo mais específico, o autor ainda afirma que um documento é todo artefato que representa ou expressa um objeto, uma idéia ou uma informação por meio de signos gráficos e icônicos, sonoros e visuais. Ortega (2008) esclarece que o termo documento, por representar o registro (físico) e a informação (simbólica), melhor caracteriza os diversos tipos de informações registradas, como as textuais, factuais (cadastrais, numéricas), sonoras, imagens fixas ou em movimento, e em qualquer suporte.

Observa-se, então, que a informação e o conhecimento estão intimamente ligados. Dessa forma, apresentar-se-á no decorrer desse trabalho seus conceitos fundamentais de modo a propiciar o entendimento da relevância da informação e do conhecimento, para melhor compreensão do objeto desse estudo que é a importância da diferenciação do tratamento analítico dispensado à fotografia.

4 GESTÃO DO CONHECIMENTO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

O conceito de árvore de conhecimento baseia-se nos conceitos de Lévy e Authier (1995) para o qual, “as árvores de conhecimento tornam visíveis, para todos, uma multiplicidade de competências, seus valores, suas posições respectivas e os meios de adquiri-las [...]. Por colocar em relação a oferta e a demanda de competência e de formação, é um espaço de desenclausuramento e de comunicação de todos [...]. O ideal das árvores de conhecimento nada mais é que estabelecer a democracia no domínio do reconhecimento, da avaliação e da gestão dos saberes.

Elaboramos em consonância com nosso entendimento uma árvore do conhecimento. As idéias transmitidas pelo conceito da árvore têm um caráter revolucionário e abre uma perspectiva ampla de entrelaçamento de disciplinas.



Figura 1. Árvore do conhecimento

Design: Eduardo Monteiro

Um conhecimento (um saber) é o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto. Conhecer é ser capaz de formar a idéia de alguma coisa; é tê-la presente no espírito. Isso pode ir da simples identificação (conhecimento comum) à compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico). (LE COADIC, 2004).

4.1 A INFORMAÇÃO E O CONHECIMENTO

Antes de entrar no mérito do gerenciamento do conhecimento e da informação, é fundamental entendermos as peculiaridades dos objetos desse gerenciamento. Segundo McGee e Prusak (1994), para que uma empresa seja bem sucedida na tarefa de gerenciar a informação precisa haver um consenso sobre o que é a informação dentro de uma organização, quem a possui, sob que forma é conservada, quem é o responsável pelo seu gerenciamento, e o mais importante: como controlar e utilizar a informação que existe na organização.

A informação, na realidade, é indispensável para toda e qualquer atividade humana, sendo, cada vez mais, vista como uma força importante e poderosa a ponto de dar origem a expressões como: sociedade da informação, explosão da informação, era da informação, indústria da informação, revolução da informação e sociedade da informação.

Como bem lembra Tarapanoff (2006), informação, conhecimento e inteligência estão presentes nos processos de gestão, que alimentam o processo de tomada de decisão e o planejamento estratégico das organizações. E, como observam McGee e Prusak (1994), “informação dá origem a mais informação e conhecimento a mais conhecimento”. Portanto, o gerenciamento consciente da informação e da produção do conhecimento são essenciais para o crescimento das instituições.

Capurro e Hjørland (2007) registram a evolução da palavra informação e o quanto sua conceituação difere, uma vez que quase toda disciplina científica utiliza conceitos de informação adaptado ao seu próprio contexto. Portanto, o termo informação tem uma história muito mais rica e complexa, que ultrapassa os campos da biblioteconomia, da documentação e da Ciência da informação, porém, nesse trabalho, enfocaremos as definições encontradas na CI e no ramo da gestão do conhecimento, da informação e da documentação.

4.2 DIFERENÇAS E SIMILARIDADES ENTRE DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

É comum que os termos dado e informação sejam utilizados como se possuíssem o mesmo significado e função, porém, para os estudiosos do assunto, a distinção é bem clara entre um e outro.

Davenport e Prusak (1998) descrevem a informação como dados que fazem diferença. Observam que o significado original da palavra ‘informar’ é ‘dar forma a’. Ela não só ‘dá forma’ ao receptor (na medida em que o influencia), como ela própria ‘tem’ uma forma: ela está organizada para alguma finalidade. Dados tornam-se informação quando o seu criador lhes agrega valor, acrescentando significado, relevância e propósito, ocasionando em uma mensagem, que aparece, geralmente, no formato de um documento (impresso – contextualização nossa) ou de uma comunicação áudio e/ou visual.

A informação não se limita à simples coleta de dados. Para que os dados se transformem em informação útil, eles precisam ser decodificados, organizados e contextualizados, de acordo com as necessidades dos responsáveis pelo processo decisório. Em outras palavras, os dados representam à matéria-prima, à qual são agregados valor de utilidade, de acordo com os propósitos preestabelecidos transformando-os em informação para um fim específico. (BEUREN, 2007).

Nessa mesma linha de pensamento, McGee e Prusak (1994) afirmam que a informação é bem mais abrangente que dados coletados: trata-se de dados coletados, organizados, ordenados, aos quais são atribuídos significados e contexto. Informação deve informar, enquanto os dados não têm esse objetivo. Os autores afirmam, também, que informação representa dados relacionados com fatos, com a organização e com os indivíduos, e isso implica a existência de um usuário, portanto, a informação deve ser discutida no contexto de usuários e responsáveis por decisões. Ainda, segundo esses autores, a informação é infinitamente reutilizável e seu valor é determinado exclusivamente pelo usuário.

O conceito de informação deriva do latim e significa um processo de comunicação ou algo relacionado com comunicação, mas na realidade existem muitas e variadas definições de informação, cada uma mais

complexa que outra. Podemos também dizer que informação é um processo que visa o conhecimento, ou, mais simplesmente, [...] é tudo o que reduz a incerteza [...]. Um instrumento de compreensão do mundo e da ação sobre ele. (ZORRINHO, 1995).

A utilização recorrente da palavra informação gerou, como é natural, uma variação conceitual. Assim fala-se do conceito de informação em diferentes áreas do conhecimento, podendo a relação informação/conhecimento ser observada a partir de três aspectos que se completam:

- a) enquanto o conhecimento é estruturado, coerente e freqüentemente universal, a informação é atomizada, fragmentada e particular;
- b) enquanto o conhecimento é de duração significativa, a informação é temporária, transitória, talvez mesmo efêmera; e
- c) enquanto o conhecimento é um estoque, a informação é um fluxo de mensagens.

Com efeito, o estoque de conhecimentos é alterado com o *input* de novas informações, em virtude de adições, reestruturações ou mudanças[...]. (CINTRA, 2002).

Segundo Tarapanoff (2004), a informação é necessária tanto para ajudar a identificar problemas quanto para solucioná-los, tornando-se um recurso que deve ser tratado como:

- algo de valor fundamental, como dinheiro, bens de capital e matéria prima;
- algo com características especificadas e mensuráveis, com método de coleta, uso, ciclo de vida padrão com diferentes atributos em cada estágio e com possibilidade de permuta com outros recursos;
- um insumo que pode ser transformado em produtos que possibilitam à organização atingir seus objetivos;
- algo que pode ser capitalizado, dependendo dos propósitos administrativos; e
- algo que se apresenta à administração superior como uma variedade de alternativas. (HORTON JÚNIOR, 1982 apud TARAPANOFF, 2004).

Chiavenato (2005) acredita que a informação constitui a bússola que norteia todas as decisões e ações das organizações em um mundo de negócios extremamente complexo e mutável. Mais do que isso, a informação é o sangue que circula e flui dando vida e energia à organização. Ela é estratégica no sentido que abastece todos os centros decisórios e lubrifica todas as ações empresariais, alavanca o desempenho organizacional e possibilita o alcance adequado dos objetivos estratégicos.

Para McGarry (1999), a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável, e, ainda, ser representada e transmitida por algum tipo de canal. Ela pode ser:

- considerada como um quase-sinônimo do termo fato;
- um reforço do que já se conhece;
- a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem;
- a matéria-prima da qual se extrai o conhecimento;
- aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente;
- definida em termos de seus efeitos no receptor; e
- algo que reduz a incerteza em determinada situação.

Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. [...]. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular. [...]. A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação devem, portanto, ser baseadas em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer. (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

No que se refere à informação *versus* conhecimento, suas similaridades e distinções, registra-se nos próximos parágrafos o posicionamento de diversos autores conceituados da área de CI e GC.

Um dos grandes estudiosos da área da Ciência da informação, Le Coadic (2004) apresenta a informação como um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita

(impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte espacial-temporal. Comporta um elemento de sentido, um significado transmitido a um ser consciente.

Tarapanoff (2006) destaca que, após a II Guerra Mundial, o conceito informação é utilizado na área da Ciência da Informação no sentido de conhecimento comunicado, incluindo aspectos de novidade e relevância e referindo-se ao processo de transformação do conhecimento, à seleção da informação e sua interpretação em um contexto específico.

Nonaka e Takeuchi (1997) constataam que “a informação é um meio ou material necessário para extrair e construir o conhecimento”.

Em suas definições, eles ressaltam que “a informação é um fluxo de mensagens, enquanto o conhecimento é criado por esse próprio fluxo de informação, ancorado nas crenças e compromissos de seu detentor”.

Teixeira Filho (2000) registra que o conhecimento é transmitido por pessoas para pessoas, por meios estruturados como vídeos, livros, documentos, páginas da Web, [fotografias], entre outros. Além disso, as pessoas obtêm conhecimento daqueles que já o têm, pelo aprendizado interpessoal e o compartilhamento de experiências e idéias.

O conhecimento é uma mistura de vários elementos. Davenport e Prusak (1998) afirmam que o conhecimento deriva da informação da mesma forma que a informação deriva de dados. Sendo mais exaustivos, eles apresentam os seguintes esclarecimentos:

Conhecimento é uma mistura fluída de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais. (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

Melo (2003) entende que a informação por si só não gera conhecimento, sendo obtida a partir do poder analítico do observador.

A seguir apresentaremos as definições, comparadas, dentro da escala de conceitos elaborados por Mello e Burlton (2000 apud CARVALHO, 2003) e Sianes (2005).

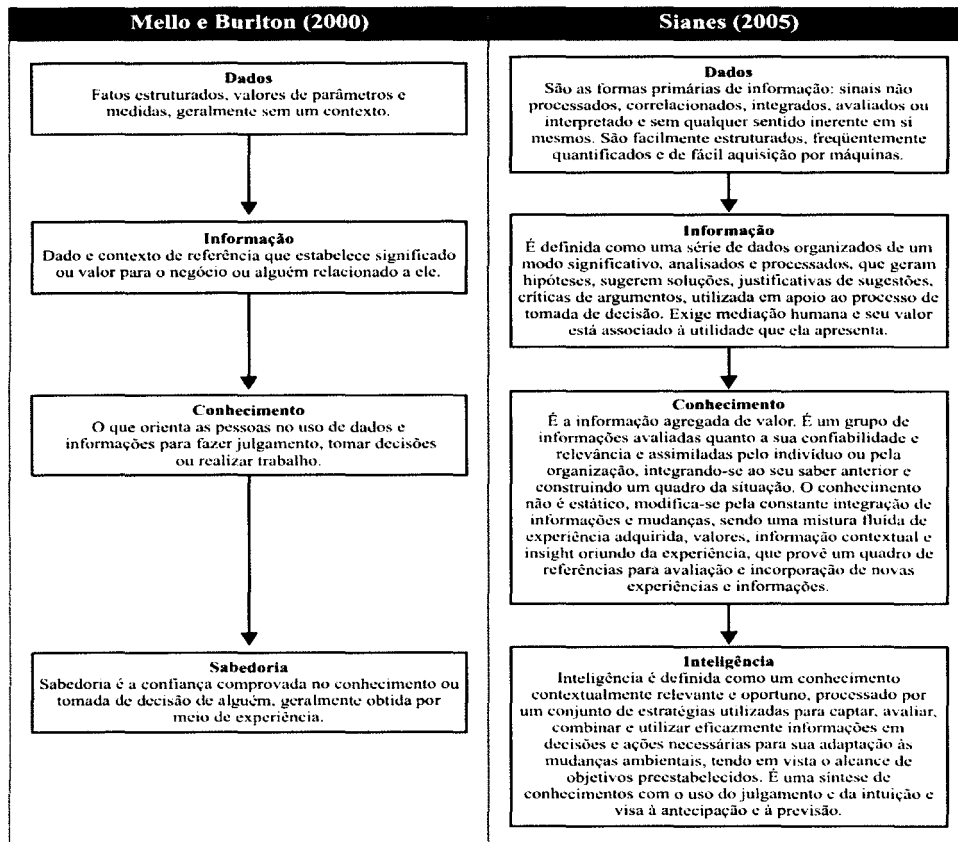


Tabela 1: Escala de conceitos

Design: Eduardo Monteiro

Fuld (1995 apud TEIXEIRA FILHO, 2000) define dado como valor sem significado, informação como dados com significado e o conhecimento como a informação estruturada e contextualizada, sendo o conhecimento (ou inteligência) o elemento habilitador da decisão.

Segundo Probst, Raub e Romhardt (2002) “conhecimento é o conjunto total incluindo cognição e habilidades que os indivíduos utilizam para resolver problemas. Ele inclui tanto a teoria quanto a prática, as regras do dia-a-dia e as instruções sobre como agir”. O conhecimento baseia-se em dados e informações, mas, ao contrário deles, está sempre ligado a pessoas. Ele é construído por indivíduos e representa suas crenças sobre relacionamentos casuais.

Verificou-se, então, que em todas essas definições é consenso que a informação seja a base, o insumo fundamental do conhecimento.

4.3 GESTÃO DO CONHECIMENTO

Acredita-se que a gestão do conhecimento engloba a gestão da informação e a gestão documental. Integra, também, diversos processos, recursos e ferramentas de maneira interdisciplinar, estimulando e aproximando pessoas, contextualizando, registrando, acompanhando e monitorando o ambiente, o fluxo informacional entre e intra-organizações, a geração de conhecimento e o compartilhamento das experiências, de modo organizado por meio de técnicas de coleta, seleção, análise, catalogação, indexação, classificação, arquivamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informação.

Entre as etapas importantes da gestão do conhecimento vale destacar: criação do conhecimento, o registro dos conhecimentos relevantes para a organização, onde localizar/ fontes (mapeamento) e a disseminação/compartilhamento.

Rowley (1999) discute o conceito de gestão do conhecimento e a forma com que as organizações vêm evoluindo em busca de uma cultura voltada para a troca de conhecimento, salientando que, em um ambiente de negócios diversificado e em constantes mudanças, a natureza da gestão do conhecimento parece estar sempre evoluindo. Desta forma, ela pode ter diferentes objetivos em diferentes organizações.

Conceituando a GC, Melo (2003) a considera uma “disciplina que objetiva democratizar o acesso aos conhecimentos obtidos por indivíduos, seja qual for o meio escolhido pelo gestor, organizando, classificando e criando dispositivos para sua disseminação conforme o interesse e propósito de um grupo”.

Segundo Broadbent (apud LOUGHRIDGE, 1999), “gestão do conhecimento é o uso dos recursos intelectuais profissionais em atividades nas quais os conhecimentos individual e externo resultam em produtos caracterizados pelo conteúdo de informação”. Trata-se da aquisição, criação, armazenagem, aplicação e re-utilização do conhecimento.

[A gestão do conhecimento é definida] como fator crítico para a adaptação, sobrevivência e competência das organizações frente a mudanças ambientais, que engloba processos organizacionais procurando combinar sinergeticamente a capacidade de processamento de dados e informações das tecnologias de informação, com a capacidade criativa e inovadora dos seres humanos. (MALHOTRA, 1998).

A gestão do conhecimento pode ser entendida como sendo a disciplina que se encarrega de projetar e implementar um sistema cujo objetivo é

identificar, captar e compartilhar sistematicamente o conhecimento contido em uma organização, de modo tal que possa ser convertido em valor para a mesma. (PÉREZ-MONTORO; GUTIÉRREZ, 2006).

Em seu artigo publicado em 2008, Pereira e Cianconi afirmam que a GC consiste em ações sistemáticas para facilitar o compartilhamento de conhecimento. Essas ações estão ligadas ao processo de criação, de organização, sua difusão e uso envolvendo políticas, metodologias e tecnologias para mapear, avaliar e compartilhar tais conhecimentos. Enquanto a GI tem foco em informação e processos, a GC tem foco em pessoas (envolve as comunidades, os relacionamentos, a aprendizagem organizacional), informações e processos.

Segundo Tarapanoff (2006), a GC preocupa-se com o gerenciamento do conhecimento tácito², objetivando o desenvolvimento da capacidade das pessoas em explicitar e compartilhar o seu conhecimento. Já a gestão da informação é voltada para o gerenciamento do conhecimento explícito³.

Teixeira Filho (2000) constata que, com o crescimento da importância da gestão do conhecimento, as empresas passam a se preocupar com o que sabem, o que precisam saber e, não menos importante, com o que a concorrência sabe. Torna-se cada vez mais importante identificar o impacto e a consistência do conhecimento. Para tanto, é necessário criar condições e apoiar o desenvolvimento e a comunicação desse conhecimento. Começa-se a perceber a importância de transformar o conhecimento realmente em um ativo a serviço da organização.

Conforme o *Gartner Group* (2000 apud CARVALHO, 2003), “a gestão do conhecimento diz respeito à criação, organização, obtenção, acesso e uso do capital de informações da empresa”.

Carvalho (2003) avalia que criar um programa de gestão do conhecimento implica em estabelecer métodos e processos para coleta, tratamento técnico, armazenamento, análise e avaliação de dados e informações, visando ao acesso e a recuperação.

² O *conhecimento tácito* é difícil de ser formalizado, o que dificulta o seu compartilhamento. Constitui-se do conhecimento pessoal incorporado à experiência e o modelo mental de cada indivíduo e envolve fatores intangíveis como convicções pessoais, perspectivas, habilidades, valores e ideais.

³ O *conhecimento explícito* pode ser articulado, conceituado e registrado em linguagem formal. É passível de ser fisicamente armazenado e pode ser processado e transmitido eletronicamente.

Para Moresi (2001), a gestão do conhecimento pode ser vista como o conjunto de atividades que busca desenvolver e controlar o conhecimento tendo em vista os objetivos da organização, fazendo-se necessário estabelecer procedimentos, políticas e tecnologias capazes de coletar, distribuir e utilizar efetivamente o conhecimento, bem como representar fator de mudança no comportamento organizacional.

Em seus escritos, Pereira, Rezende e Abreu (2000 apud REZENDE, 2006) consideram que uma definição formal para a gestão do conhecimento depende do ponto de vista adotado. Ela pode ser encarada como uma evolução da gestão da informação, em que a maior preocupação está relacionada com as formas de armazenamento, seleção e apresentação, ou como um processo de aprendizado que deve ser gerenciado, isto é, a maneira com que as pessoas ensinam e aprendem as atividades nas organizações.

A sistemática e as ferramentas a serem adotadas no gerenciamento do conhecimento diferem de um contexto organizacional para outro. Tarapanoff (2006) observa que o sistema adequado para cada organização deve ser elaborado ao longo do processo de gestão informacional e do conhecimento, integrando-o na cultura organizacional e em seus cenários.

Na formulação das estratégias e metodologias a serem adotadas na gestão documental, informacional e do conhecimento, as perguntas (que, por que, quando, onde, como, quem) apresentadas por McGarry (1999) são de grande valia:

- perguntas do tipo “que” geralmente se relacionam com os usos que se podem dar às coisas. Às vezes, quando se pergunta “que é isso”? esta se perguntando “como isso funciona dentro do sistema”;
- questionamentos do tipo “por que” são as mais difíceis de responder devido a resposta normalmente provocar mais “por quês”, e assim a busca de informação continua;
- interrogações do tipo “quando” e “onde” servem para organizar o tempo e o espaço;
- já as do tipo “como” geralmente tratam das origens dos processos, das origens das experiências sobre processos, da utilidade de um procedimento, ou de uma política. As respostas são muitas vezes

descrições da série de eventos que determinaram a experiência em questão; e

- por meio de perguntas do tipo “quem” indaga-se sobre o perfil ou o papel de alguma pessoa dentro de determinado contexto e pode referir-se, também, ao executor de uma ação “quem irá fazer”?

De uma forma um quanto que idealizada, Teixeira Filho (2000) afirma que conhecimento das pessoas deve ser facilmente captado, armazenado, comunicado entre as diversas áreas da empresa, apoiado em uma arquitetura de informações adequada, resultando na facilitação do trabalho, no aprendizado diário em serviço e na comunicação entre os funcionários da empresa, tanto horizontalmente quanto verticalmente.

Alguns passos foram listados, que, segundo o autor, são necessários para implantação da gestão do conhecimento:

- identificação dos temas estratégicos, ligados ao modelo de negócio e ao mercado da empresa;
- mapeamento de fontes de informação seguras e com qualidade;
- definição de indicadores do processo de gestão do conhecimento;
- modelagem do conteúdo identificando quais os grupos de informação de interesse;
- identificação de gestores responsáveis pelas informações, com suas atribuições bem definidas;
- identificação dos ciclos de atualização;
- definição das informações agregadas e perspectivas históricas para o suporte à decisão;
- definição dos componentes de infra-estrutura tecnológica, custos, evolução de plataforma, fornecedores, planejamento de capacidade, entre outros;
- identificação de condicionantes e restrições como prazos, orçamento, prioridades, abrangência e barreiras culturais;

- estruturação de glossários e indexação de conteúdos, mapeando vocabulário, conceitos. A correta definição dos termos chaves é essencial na estruturação do conteúdo; e
- formação de equipe de analistas de informação: uma equipe bem formada de analistas informacionais é fundamental para o sucesso de qualquer projeto, pois, modelar, pesquisar fontes, coletar informações, especificar, contextualizar e estruturar o conteúdo é a base da implantação da gestão do conhecimento.

Contudo, como observa Santiago Júnior (2004), a disponibilidade de conhecimentos nas organizações, esbarra em questões como:

- problemas com transferência do conhecimento;
- erros devido à falta de conhecimento;
- conhecimento crítico nas mãos de poucas pessoas;
- impossibilidade de medição do uso do conhecimento;
- perda de conhecimentos relevantes nos momentos adequados; e
- falta de processo de compartilhamento.

Referindo-se à captação e geração do conhecimento, Cruz e Nagano (2008) sugerem alguns mecanismos a serem adotados pelas empresas:

- conceder maior liberdade aos funcionários, principalmente no que concerne ao processo criativo; permitir o 'tentar e falhar', uma vez que o aprendizado pode gerar um crescimento importante. É interessante delegar as tarefas, possibilitando a autonomia de criação;
- coletar e armazenar o maior número de informações e conhecimentos de projetos, produtos e serviços prestados anteriormente, a fim de que a replicação de algum projeto não exija um novo dispêndio de tempo;
- incentivar interações intra e inter equipes, coletivizando-as;
- incentivar a utilização do conhecimento nas rotinas organizacionais, permitindo que seja agregado valor a novos conhecimentos; e
- disseminar uma cultura de comprometimento e harmonia com os funcionários, despertando sua confiança na empresa, com o intuito de que compartilhem conhecimento com os demais, sem temer a substituição.

Encerramos este tópico apresentando o pensamento de Teixeira Filho:

Gestão do Conhecimento não é para todos – pressupõe um certo nível de organização, uma certa capacidade de visão sistêmica, uma preocupação com a competitividade, alguma base tecnológica e algum investimento de tempo, energia e dinheiro. Não há mágica. Partir para a Gestão do Conhecimento na empresa é uma decisão que sempre implica esforço, comprometimento e superação de obstáculos (TEIXEIRA FILHO, 2000).

4.4 O QUE VEM A SER GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A gestão da informação consiste nas atividades de planejar, elaborar normas e modelos, selecionar, organizar, coordenar, controlar, processar, comunicar, disseminar e avaliar informações formais e informais - conhecimento explícito. Envolve o monitoramento de informações em todo o seu ciclo e a sistematização e coordenação de esforços para regular e facilitar a aquisição, o processamento, o armazenamento, a disseminação e o acesso à informação, visando fazer com que as informações apoiem com efetividade as operações da organização, racionalizando os fluxos. (PEREIRA; CIANCONI, 2008).

A gestão da informação tem como objetivo apoiar a política global da empresa, na medida em que torna mais eficiente o conhecimento e a articulação entre os vários subsistemas que a constituem; apóia os gestores na tomada de decisões; torna mais eficaz o conhecimento do meio envolvente; apóia de forma interativa a evolução da estrutura organizacional, a qual se encontra em permanente adequação às exigências concorrencias; e ajuda a formar uma imagem da organização, do seu projeto e dos seus produtos, através da implantação duma estratégia de comunicação interna e externa. (BRAGA, 1996).

Em suma, segundo Wilson (1989), a GI é entendida como a gestão eficaz de todos os recursos de informação relevantes para a organização, tanto de recursos gerados internamente como os produzidos externamente e fazendo apelo, sempre que necessário, à tecnologia de informação.

Segundo Tarapanoff (2006, 2001), a gestão da informação é decorrente da Biblioteconomia especializada e da Ciência da informação com o principal objetivo de identificar e potencializar os recursos documentais de uma organização e sua capacidade informacional. É ensiná-la a aprender e adaptar-se às mudanças ambientais. Acredita que a gestão da informação pode ser definida como a aplicação do ciclo da informação às organizações.

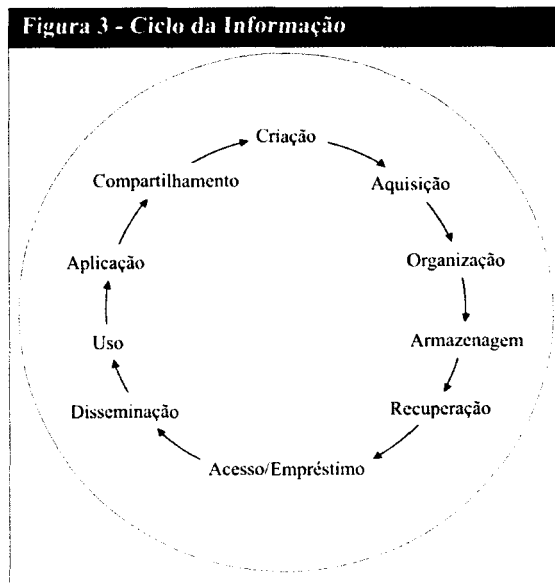
Tarapanoff (2006) esclarece que o ciclo informacional é iniciado quando se detecta uma necessidade informacional, um problema a ser resolvido, uma área ou assunto a ser analisado. É um processo que se inicia com a busca da solução a um problema, da necessidade de obter informações sobre algo, e passa pela identificação de quem gera o tipo de informação necessária, as fontes e o acesso, a seleção e aquisição, registro, representação, recuperação, análise e disseminação da informação, que, quando usada, aumenta o conhecimento individual e coletivo.



Wilson (1997 apud TARAPANOFF, 2006) define gestão da informação como a aplicação de princípios administrativos à aquisição, organização, controle, disseminação e uso da informação para a operacionalização efetiva de organizações de todos os tipos.

Davenport (1994, apud TARAPANOFF, 2006) apresenta uma definição sintética de gestão da informação como o gerenciamento de todo o ambiente informacional de uma organização.

Wilson (2006) apresenta um ciclo informacional mais expandido:



Design: Eduardo Monteiro

Referindo-se à administração da informação, Choo (2003) aponta seis processos correlatos inseridos num ciclo contínuo:

- identificação das necessidades de informação: busca de soluções para os problemas, incertezas e ambigüidades;
- aquisição da informação: o procedimento de seleção e de utilização das fontes de informação deve ser planejado e monitorado continuamente;
- organização e armazenamento da informação: os métodos e recursos empregados nessa etapa reflete o modo de pensar da organização;
- desenvolvimento de produtos e serviços de informação: garantir a satisfação do usuário, o atendimento das suas necessidades, com uma combinação equilibrada de produtos e serviços;
- distribuição da informação: a promoção do compartilhamento de informações é fundamental para a tomada de decisão, uma vez que propicia a criação de significado e a construção do conhecimento; e
- uso da informação.

4.4.1 QUALIDADE E VALOR INFORMACIONAL: ATRIBUTOS ESSENCIAIS NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

O que se busca em qualquer processo gerencial é qualidade, eficiência, relevância, valor, inovação e diferencial para a organização, ora, no gerenciamento informacional não é diferente. A informação e o conhecimento são os principais ativos das organizações e, quando bem administrados, representam um diferencial competitivo de alto valor estratégico.

Nesse quesito, McGee e Prusak (c1994) observam que a informação é um ativo que precisa ser administrado da mesma forma que outros tipos de ativos importantes para o funcionamento das organizações, como os recursos humanos e materiais, todavia, ela se distingue dentre os demais. As diferenças decorrem do próprio potencial da informação assim como do desafio de administrá-la. Starec (2005) alerta que as organizações devem tratar a informação com a mesma seriedade e cuidado que qualquer outro recurso estratégico para que não percam vantagem competitiva e coloquem em risco sua própria sobrevivência.

Referindo-se ao valor da informação, Cronin (apud MORESI, 2001) o classifica nos seguintes tipos:

- valor de uso;
- valor de troca ou de mercado;
- valor de propriedade (reflete o custo substitutivo de um bem); e
- valor de restrição (informações confidenciais, sigilosas e/ou secretas).

Teixeira Filho (2000) observa que a informação tem um papel fundamental em qualquer estratégia competitiva. Os membros das organizações são expostos a uma grande quantidade de informação, contudo, a qualidade constitui-se no fator mais importante. O autor pondera que valor qualitativo da informação se traduz em integridade, acuracidade e completude. A integridade indica o nível em que os dados são mantidos na fonte. A acuracidade refere-se ao grau em que os dados da fonte representam à realidade. A completude mostra se os dados necessários estão presentes para atender a demanda do negócio.

Teixeira Filho (2000) ressalta que além de qualidade, as empresas precisam de valor agregado, serviço, inovação, flexibilidade, agilidade e velocidade de forma cada vez mais crítica. Afinal, as empresas tendem a se diferenciar pelo que elas sabem e pela

forma como conseguem utilizar esse conhecimento, tornando-o, efetivamente, sua maior vantagem competitiva.

Stoner (1995 apud FIALHO et al, 2006), avalia as informações pelos seguintes aspectos:

- qualidade: quanto mais precisa a informação, maior segurança os administradores terão no momento de tomar decisões;
- oportunidade: as informações devem estar disponíveis no momento certo;
- quantidade: devem ser suficientes para a tomada de decisão, cuidando para que não sejam excessivas; e
- relevância: é aquela informação útil ao usuário.

O autor de *Value-Added Processes in Information Systems*, R. S. Taylor (1986 apud CHOO, 2003) identifica seis princípios que melhoram os produtos informacionais:

- facilidade de uso: acesso prático e facilitado ao serviço;
- redução de ruído: inclui adotar sistemas de indexação para ajudar os usuários a reduzir o universo de dados potencialmente úteis;
- qualidade: implica na transmissão perfeita das informações, cobertura completa de um assunto, atualização de dados e do vocabulário de acesso, a coerência do serviço e a inclusão de indicações sobre a confiabilidade dos dados;
- adaptabilidade: envolve a reformulação da informação de modo a adaptá-la ao problema do usuário; e
- economia de tempo e de custo: baseiam-se na rapidez com que o serviço responde ao usuário e na quantidade de dinheiro que economiza para ele.

Citando Tarapanoff (2006), o objetivo da gestão de informação é transformá-la em produtos e serviços de utilidade, com valor agregado, para o cliente/usuário.

Nesse mesmo contexto, Wilson (1997 apud TARAPANOFF, 2006) afirma que a gestão da informação preocupa-se com o valor, qualidade, posse, uso e segurança da informação visando ao desempenho organizacional.

Justamente por ser voltada para a melhor performance e crescimento da organização, McGee e Prusak (1994) alertam que cada integrante da instituição deve

assumir responsabilidade ativa e explícita pelo uso e gerenciamento eficaz da informação. Observam que a qualidade informacional é alcançada por meio de um cuidado detalhado com a integridade, precisão, atualidade, interpretabilidade e valor.

Beuren (2007) entende que as informações podem ser consideradas de qualidade quando são relevantes, precisas, acessíveis, concisas, claras, quantificáveis e consistentes. Observa-se que tem sua origem na coleta de dados, os quais, por sua vez, são organizados e recebem significado de acordo com um contexto, implicando na necessidade da delimitação inicial do problema, que servirá de base para identificar as informações pertinentes a serem selecionadas.

Marchand (1989 apud CALAZANS, 2008) explorou a gestão da informação como um importante aspecto no gerenciamento de negócios e identificou cinco elementos na definição do conceito qualitativo da informação:

- transcendente: é a abordagem que tende a perceber o valor da informação como absoluto e universalmente reconhecido, é o sinônimo de excelência;
- baseada no usuário: fundado nas particularidades individuais;
- baseada no produto: considera a qualidade da informação em termos precisos e identificáveis, sendo seus atributos passíveis de serem mensurados e quantificados (trata a informação como coisa);
- baseada na produção: adequação aos padrões estabelecidos da necessidade informacional do consumidor; e
- baseada na qualidade: o valor da informação é considerado como a categoria mais abrangente e uma de suas características.

Starec (2005) enfatiza que os gestores se deparam diariamente com uma sobrecarga de dados, mas com um pequeno volume de informação relevante e prioritária para a tomada de decisões mais complexas. Essa sobrecarga é consequência da falta de uma estratégia informacional. Em sua análise o autor percebeu que se deve pensar na questão da prioridade da informação válida em tempo hábil para aperfeiçoar o processo decisório em qualquer organização, posicionando-se como um dos maiores diferenciais competitivos.

Nonaka e Takeuchi (1997) alertam que a redundância informacional aumenta o volume de informações a ser processado e pode gerar um problema de sobrecarga, que

ocasionará o aumento do custo da criação do conhecimento. Para amenizar essa problemática, é importante manter um equilíbrio entre a criação e o processamento de informações.

Considerando as necessidades do cliente/usuário, concordamos com Beuren (2007) em sua afirmação de que os gestores necessitam de informações que estejam em consonância com seus modelos decisórios, pois as deliberações estratégicas poderão ser tomadas de forma mais rápida e consciente na medida em que a sintonia entre a informação fornecida e as necessidades dos gestores/usuários aumenta.

Ainda sobre a questão do usuário, McGee e Prusak (1994) observam que, para tornar os dados úteis como informação a uma pessoa encarregada do processo decisório, é preciso que sejam apresentados de tal forma que essa pessoa possa relacioná-los e atuar sobre eles. Nota-se, então, o quanto às habilidades e técnicas dos bibliotecários tornam-se o diferencial positivo, pois podem realizar com êxito a análise e a indexação dos documentos, possibilitando a sua rápida recuperação.

5 PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NA GESTÃO DO CONHECIMENTO, DA INFORMAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

Choo (1998 apud PEREIRA, CIANCONI, 2008) afirma que o bibliotecário, por seu conhecimento em organizar a informação dentro de sistemas e estruturas informacionais, de modo a facilitar o seu uso, é considerado um especialista da informação. Possui habilidades que são necessárias para efetivamente adquirir, organizar e distribuir informação, sendo sua contribuição e participação imprescindíveis nas atividades estratégicas das organizações.

Baseadas no modelo de RH de Ulrich, Cançado, Medeiros e Jeunon (2008) fazem uma metáfora ao concluir que o profissional da informação, categoria que inclui o bibliotecário, pode ser considerado parceiro estratégico, para diagnosticar as necessidades informacionais dos usuários, e com isso, ser agentes de mudanças. Esse profissional pode atuar desde o nível operacional (captação e tratamento da informação) até o nível estratégico (construção da inteligência competitiva da organização), alinhando as práticas das unidades de informação às estratégias empresariais. Sua ação deve ser focada nos processos (utilização de recursos informáticos e informacionais

adequados), bem como nas pessoas (auxílio na adequação do capital intelectual das organizações).

Todavia, as autoras alertam para as possíveis dificuldades inerentes à cultura organizacional, que nem sempre valorizam esse profissional, e cabe a ele demonstrar que a sua atuação pode agregar valor ao negócio da instituição e auxiliar na vantagem competitiva.

Na gestão do conhecimento, se faz necessária a atuação dos profissionais da Ciência da informação, pois citando Robredo (2006), qualquer que seja a natureza da entidade que se interessa pela implementação de um sistema de gestão, terá grande parte das fontes de dados e informações que virão a integrar as bases de dados e os bancos de conhecimentos será de origem documental.

Ora, não são justamente os profissionais de CI, como os bibliotecários, que possuem as habilidades e técnicas que possibilitam a preservação da informação e a recuperação dos documentos? Nada mais coerente, então, que assumir o papel dentro do processo de gestão do conhecimento.

Silva (2006), em seu artigo sobre o profissional da informação como mediador entre o documento e o usuário, ao tomar como base a citação de Targino (2006), deduz que o profissional da informação refere-se àqueles que se dedicam à informação. Ou seja, importando-se com a atualização, capacidade de pesquisa e de manuseio de variados suportes, tendo em vista, sempre, as demandas informacionais do público. É o que justifica, cada vez mais, assegurar que o profissional da documentação é quem adquire informação registrada, organiza, descreve, indexa, armazena, recupera e distribui essa informação, tanto na sua forma original, como em produtos elaborados a partir dela.

Na atuação desse profissional, Capurro e Hjørland (2007) observam que as profissões de bibliotecários, de documentalistas e de cientistas da informação estão interessadas em todos os tipos de documentos. Tanto os textuais quanto os não textuais.

Ademais, os usuários, talvez, por vivenciarem essa era da informação e da tecnologia, exigem respostas às suas demandas, se possível, de forma mais rápida, completa, precisa e relevante. Isso inclui a combinação de monografias, artigos, arquivos, multimídias, documentos eletrônicos, imagens e sons.

Referindo-se à atuação dos bibliotecários, Santiago Júnior (2004) observa que estes possuem como meta profissional a organização da informação. Buscam, por meio

de técnicas e métodos, atingir o controle terminológico, para a universalização das linguagens de acesso ao conhecimento por meio de linguagens documentárias.

6 INDEXAÇÃO COMO SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Atualmente nos encontramos em um mundo onde nos é servida diariamente uma imensa quantidade de informações. A documentação em constante ascensão, de acesso fácil proporciona uma gama alarmante de informação, não havendo limites tangíveis e intangíveis, o que pode dificultar a delimitação das que realmente são relevantes.

Essa dificuldade é gerada principalmente pela falta de estruturação e organização das informações, o que impede a construção de estratégias e mecanismos de busca eficiente.

Segundo Titão e Viapiana (2008) “o princípio do século XXI vem marcado com algumas características: a globalização e a emergência de uma nova sociedade que se convencionou chamar de sociedade do conhecimento”.

Com o aumento no volume e fluxo de informações, conjugado com a inabilidade de transformar esse conhecimento em um produto direcionado, tem trazido às unidades de informação sérios desafios, os quais [o autor] diagnostica com precisão: [...] seleção que não seleciona; indexação que isola e mutila; organização que tem problemas quanto à sua própria integridade física [e que se ampliam] e repercutem no armazenamento; imprecisão e indeterminismo da análise do documento; limitações e dicotomização da estratégia de busca e recuperação; incoerência e perplexidade na disseminação e acesso ao documento [...]. (ARAÚJO, 1995).

Há que considerar que junto à massa de documentos em papel, que constitui um grande volume documental, vêm se agregando de forma também crescente, documentos em suportes como disco, fotografia, DVD, entre outros.

Conforme Solla Price (apud CINTRA, 2002) “a velocidade de produção da informação tem como consequência quase imediata a obsolescência de conhecimentos”.

Os reflexos desse cenário se apresentam no formato de insatisfação e frustração dos usuários que não conseguem, nos dias atuais, ter e ver suas necessidades de

informação atendidas sejam elas, potenciais ou reais. É inútil oferecer-lhes um produto ou serviço que, pelo *design* ou dimensão, não possa ser assimilado em sua plenitude.

A solução para esse impasse é a busca de ações e ferramentas que nos permitam localizar, filtrar, organizar e resumir informações. Dentre todas as ferramentas, optamos por apresentar nesse trabalho a indexação.

Um rápido retrospecto sobre a área da documentação mostra que, nas décadas de 1950 e 1960, com o crescimento do conhecimento científico e tecnológico, houve dificuldades para armazenar e recuperar informações. A solução foi encontrada com uma mudança do enfoque e da conceituação da recuperação da informação. Com efeito, foi abandonada a perspectiva preferencial de recuperação bibliográfica e normalização classificatória e descritiva, buscando-se a construção de linguagens próprias. Vem desta época a utilização de linguagens documentárias, para a recuperação da informação. Essas linguagens são, pois, construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a traduzir os conceitos dos documentos. (CINTRA, 2002).

Há tempos, especialistas em Ciência da informação vêm desenvolvendo técnicas de indexação, para organizar documentos de empresas, acervos de bibliotecas.

Por meio destas técnicas, especialistas, denominados indexadores, associam termos a documentos, estes termos não representam simples palavras. Eles são nomes dados a conceitos estabelecidos por uma comunidade e fazem parte de um vocabulário controlado, construído geralmente na forma de um documento padrão.

Os documentos normalmente possuem informações qualificadas e completas, e a qualidade desse material requer um processo bastante apurado de indexação, baseada em conceitos. A indexação pressupõe que os documentos serão buscados por usuários familiarizados com estes conceitos, e que poderão ter o apoio de bibliotecários especializados.

A descrição de conteúdo situa-se em três momentos diferentes dentro da cadeia documental: no momento da produção do documento primário, antes do arquivamento da informação, ou seja, no meio da cadeia documental, e no momento da recuperação da informação, no final da cadeia documental.

Os objetivos para a consecução de uma análise de conteúdo são os seguintes:

- conhecer o conteúdo do documento para informar ao usuário;

- oferecer subsídios, se preciso for, para escolhas que determinem a eliminação ou a conservação de um documento no acervo bibliográfico, determinando a sua forma e o nível de tratamento, estabelecendo categorias para o arquivamento da documentação; e
- armazenar fisicamente e digitalmente o documento.

	Conhecer	Escolher Informações	Armazenar Documentos	Armazenar
No momento da produção	sim	sim	não	sim
No meio da cadeia	sim	sim	sim	sim
Na saída da cadeia	sim	sim	não	sim

Tabela 2. Objetivos e utilização da descrição de conteúdo. (GUINCHAT, 1994).

Há, no entanto, dois grandes processos básicos de tratamento da informação: a descrição física e a descrição temática: O processo de descrição física compreende em um exame do documento com o objetivo de identificar certos elementos físicos (autor, título, imprensa, número de páginas) nele constantes e que servirão para identificá-lo. Já a descrição temática demanda procedimentos específicos como a atribuição de conceitos a um documento.

Conforme afirmam Dias e Naves (2004) no contexto do tratamento da informação, o termo indexação possui dois sentidos: um mais amplo quando se refere à atividade de criar índices, de autor, título, assunto, tanto de publicações (livros, periódicos), quanto de catálogos ou banco de dados (bibliotecas ou centros de informação). E um outro sentido, mais restrito, trata apenas da indexação das informações contidas em documentos.

Essa distinção se torna necessária face ao uso do termo na literatura da área, ora no primeiro sentido, ora no segundo. Sem esta distinção o estudo do tema se tornaria um tanto confuso.

Porém, vamos nos deter ao sentido restrito, que é a própria indexação. É correto afirmar que esta operação é entendida pelos autores como o processo básico para a recuperação da informação.

Para Fujita (2003) a indexação é o ato de construir índices. Ela afirma que essa prática é bastante antiga no tratamento da documentação, pois em "bibliotecas" da

Antigüidade já existiam listas dos documentos armazenados. Porém, foi a partir do momento que a ordenação dessas listas necessitou de uma organização por assunto que foram estabelecidas profundas mudanças na abordagem do ato mecânico de construir índices, ou seja, introduziu-se um processo de análise conceitual da informação.

A autora ressalta que de acordo com os "princípios da indexação", formulados pela *World Information System for Science and Technology* (1981, p. 84), a indexação é definida como "[...] o ato de descrever ou identificar um documento em termos de seu conteúdo", sendo que, para a norma 5693 da *International Standardization for Organization* (1985, p. 2), a indexação é vista como [...] "a representação do conteúdo dos documentos por meio de símbolos especiais, quer retirados do texto original, quer escolhidos numa linguagem de informação ou de indexação".

A indexação pode ser definida como: "tradução de um documento em termos documentários, isto é, em descritores, cabeçalhos de assunto, termos-chave, que têm por função expressar o conteúdo do documento". (CINTRA, 1983).

A indexação como processo de análise documentária é realizada mais intensamente desde o aumento de publicações periódicas e da literatura técnica científica de modo geral, que impulsionaram a necessidade de criação de mecanismos de controle bibliográfico em centros de documentação especializados. Assim, as bibliografias como mecanismos de controle bibliográfico surgiram fora do âmbito das bibliotecas tradicionais e apresentavam uma evolução nas técnicas de tratamento da informação, dando impulso teórico-prático, naquela ocasião, a uma nova área: a Documentação. (FUJITA, 2003).

A evolução das técnicas de tratamento da informação está interligada à análise documentária como continuação do tratamento temático que sustenta a geração de resumos e a indexação. Chaumier (1980) conceitua a indexação como a "[...] parte mais importante da análise documentária". É uma combinação de metodologia estratégica entre o tratamento do conteúdo de documentos e sua recuperação por um usuário. Além de estratégica, demonstra uma relação estreita entre o processo e a finalidade da indexação.

Desde sempre, de uma forma ou de outra, o tratamento dos documentos inclui algum tipo de análise de seu conteúdo, o que permite separá-los e ordená-los por grupos ou classes mais ou menos

afins, possibilitando assim sua localização posterior. Embora a condensação da informação contida nos documentos (elaboração de resumos) e a indexação, no seu sentido mais amplo, sejam tão antigas como as bibliotecas, não mereceram tanta atenção quanto a catalogação, até somente algumas décadas. Os cabeçalhos de assunto dos catálogos das bibliotecas constituem uma forma de se chegar, a partir do tema principal de que tratam os documentos, aos próprios documentos. Os sistemas de classificação – uma forma de análise de assunto – permitem estabelecer relações entre os conteúdos dos documentos de uma coleção e sua localização, facilitando, assim, seu arranjo físico nas prateleiras. (ROBREDO, 2006).

O principal objetivo de um serviço de indexação é assegurar a recuperação de qualquer documento ou informação no momento em que o usuário necessita recorrer àquela informação.

A indexação de assuntos é normalmente realizada visando ao atendimento das reais necessidades de um determinado público. Um processo analítico eficiente implica na tomada de decisão não somente quanto ao tratamento do assunto, mas por ele se revestir de um provável item saneador das necessidades informacionais do usuário específico. É possível afirmar que não existe uma indexação “correta e imutável” para algum documento. O mesmo documento poderá ser analisado diferentemente em um conjunto de bibliotecas devido à especificidade do usuário real.

Naves (2004) considera a indexação como um processo de discernir a essência de um documento e representá-la numa linguagem de indexação. Alguns autores denominam esse processo de análise documentária, que é definida como um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação. Essa passagem de um texto original para um tipo de representação lingüística é uma operação semântica, que seleciona as palavras-chave, normalmente de forma intuitiva, em função de sua ocorrência e do seu interesse para a instituição.

Alguns autores acreditam que não existam critérios objetivos de indexação e os termos podem ser considerados mais pertinentes, mais relevantes e mais informativos.

Segundo Jean-Claude Gardin (1974), a indexação de documentos é descrita como um conjunto de atividades que consiste em identificar o assunto e, em seguida, extrair os elementos indicadores conceituais, visando à sua recuperação. Esses

descritores constituem a representação dos elementos que indicam o conteúdo temático e não a sua própria descrição.

Para Robredo e Cunha (1998) a indexação é o processo pelo qual se identificam os conceitos de que tratam o documento, expressando-os na terminologia usada pelo autor, ou seja, linguagem natural, ou com a utilização de vocábulos ou termos de significação unívoca ou, ainda, por meio de códigos.

Especialistas em recuperação de informação, como Salton e McGill (1983), declaram que a indicação de termos apropriados capazes de representar o conteúdo de itens de uma coleção é, simultaneamente, a mais importante e difícil de todas as operações normalmente usadas no processamento técnico das informações.

Slype (1991) afirma que a indexação é atividade que consiste em representar o conteúdo de um documento ou de uma consulta de modo analítico, ou seja, enumerando conceitos e palavras.

Com relação à dimensão da indexação, ela foi proposta por Lancaster (1979), e trata-se da extensão com a qual um documento pode ser indexado, ou seja, a exaustividade e a especificidade. A indexação exaustiva procura extrair do documento o maior número de conceitos de forma a cobrir o seu conteúdo da maneira mais completa possível. É certo que esta maneira de indexar oferece a oportunidade de acesso a um grande número de conceitos, mas, ao mesmo tempo, ela pode ser responsável pelo ruído durante a recuperação da informação.

No conceito atribuído a Baranow (1983) a indexação é vista com um processo analítico onde aparece decomposta em duas etapas distintas: descrição e representação.

A primeira etapa descrição refere-se à identificação, seleção e análise dos conceitos que de fato distingue o conteúdo de um dado documento e a representação que é a segunda fase é a de tradução desses conceitos por descritores.

A indexação envolve duas etapas principais: a análise conceitual e a tradução. A análise conceitual é a atividade de definição dos assuntos que são tratados no documento, e a tradução corresponde à atividade de conversão dos conceitos identificados na análise para uma linguagem de indexação.

Campos (1987) ressalta o caráter de integração das duas etapas da indexação e admite que, apesar de serem distintas se trata de uma única operação em dois momentos.

Procedida à indexação, os conceitos são registrados como “dados de informação” e são organizados de modo a permitir um fácil acesso na recuperação

informativa. Estes registros podem aparecer nas mais variadas formas: índice, catálogos, bibliografias, entre outros.

As técnicas de indexação podem ser usadas de um lado para organizar os conceitos em instrumentos de recuperação da informação, e também por analogia, para analisar e organizar as perguntas em conceitos representados como descritores ou combinações de descritores.

Strehl (1998) ressalta que a indexação envolve julgamento e, conseqüentemente, oscila muito no seu nível de concordância e apresenta discrepâncias.

É correto afirmar que, o que coloca em risco a coerência da indexação é que diferentes indexadores, ou até o mesmo indexador em momentos distintos, percebem de forma diferente:

- o conteúdo real do documento;
- a parte desse conteúdo que será suscetível de responder realmente às necessidades (inevitavelmente futuras) dos usuários;
- os conceitos importantes que devem ser conservados para representar este conteúdo; e
- os descritores definidos para representar esses conceitos. (DIAS; NAVES, 2007).

A representação da indexação documentária perpassa, ao menos, por três etapas:

- análise conceitual: É a primeira etapa da indexação, considerada por muitos como a etapa intelectual do trabalho do indexador. O processo de ler um documento para extrair conceitos que traduzam a sua essência é conhecido como análise de assunto para alguns, análise temática, análise documentária, análise conceitual para outros, ou, mesmo, análise de conteúdo. É considerado como um processo em que há uma certa confusão conceitual e para o qual aparecem diferentes concepções.

A análise de assunto feita pelo indexador humano se dá em dois momentos: quando analisa um documento para inseri-lo num SRI, ou, quando recebe um pedido de informação do usuário;

- tradução: uma vez encerrada a primeira etapa da indexação, com o assunto já definido em linguagem natural, chega o momento de inseri-lo SRI. Para isso, é feita a tradução da frase de indexação para os termos da linguagem de indexação, o que significa transformar os conceitos selecionados em termos ou símbolos autorizados para representá-los no sistema.

Quando um documento é indexado por assunto, ele é posto em uma ou mais classes, e cada classe deve ter um número ou rótulo, que são chamados termos indexadores, ou seja, descritores autorizados. E esse conjunto forma a linguagem de indexação; e

- controle de qualidade: É uma tarefa complexa e que exige muito conhecimento da área indexada, dos objetivos da instituição e, principalmente, os interesses dos usuários da informação.

Nesse contexto, são avaliadas, a pertinência, a consistência e precisão da indexação.

[Os autores da área de documentação definem] a linguagem de indexação como sendo os termos ou códigos que são usados como pontos de acesso [...] As linguagens de indexação são de três tipos diferentes:

a) linguagens controladas de indexação: O profissional controla os termos que são empregados como termos de indexação. Comumente, uma lista identifica os termos que podem ser extraídos tomando por base as interpretações subjetivas dos conceitos presentes no documento;

b) linguagens naturais de indexação: É um sistema onde todos os descritores são extraídos do documento que está sendo indexado. A indexação baseada em linguagem natural que se vale do texto integral do documento pode vir a resultar muito minuciosa; e

c) linguagens livres de indexação: Essa linguagem é livre no sentido de não exigir limitações quanto ao número de termos a serem empregados no processo de indexação. A indexação baseada em linguagem livre difere da linguagem natural pelo fato de que a última é determinada pela linguagem da obra que está sendo indexado.

A indexação baseada em linguagem natural e linguagem controlada são amplamente empregadas em muitas aplicações no campo da recuperação da informação. (ROWLEY, 1994).

Fugmann (1985) afirma que o processo de exame de identificação dos assuntos discerne a essência de um documento com um grau suficiente de relevância, pertinência e fidelidade, isto é, baseado numa linguagem documentária.

A linguagem documental é considerada uma linguagem convencional utilizada por uma unidade de informação para descrever o conteúdo dos documentos com o intuito de armazenar e recuperar as informações quando necessário for. A linguagem

documental deve adotar um tratamento particular para cada tipo de palavra em função de suas características.

Entretanto, as LD's são instrumentos utilizados para realizar operações precisas, em condições específicas, para responder a necessidades pontuais. Tais limitações funcionais são fundamentais para a realização de uma indexação de qualidade.

Os elementos que constituem uma linguagem documentária são os seguintes:

- as palavras que escrevem as informações ou descritores, extraídas da linguagem natural e definidas em uma forma gramatical única e invariável; e
- as palavras da linguagem natural, relacionadas ao descritor correspondente por meio de uma remissiva.

As linguagens controladas evoluem constantemente, pois a atualização das linguagens documentárias é uma necessidade, haja vista a linguagem natural evoluir à medida que os conhecimentos progredem e as atividades se diversificam.

Na recuperação da informação, a linguagem controlada caracteriza-se como a que é utilizada apenas nos campos de descritor, termos de indexação e identificadores, sendo que a linguagem natural abrange os termos do título e do resumo dos documentos referenciados. Por esse motivo, a estratégia de busca precisa refletir a necessidade de informação do usuário [...]. A LN pode ser definida como a linguagem do discurso técnico-científico, e, no contexto da recuperação da informação, [...] refere-se às palavras que ocorrem em textos impressos, considerando-se como seu sinônimo a expressão "texto livre". Nas bases de dados, os campos de título e resumo registram os termos da (LN), enquanto os campos de descritores, termos de indexação ou identificadores registram os termos da linguagem controlada (LC). Esta, denominada também vocabulário controlado, pode ser definida como um conjunto limitado de termos autorizados para uso na indexação e busca de documentos. (LOPES, 2002).

Austin (1986) relatou as mudanças registradas nas funções específicas de indexação, mostrando que as transformações ocorreram também com novas atividades na geração dos produtos como: os índices e os resumos. Lembrou que o uso de vocabulário controlado na indexação e sua utilização na recuperação da informação vão requerer o estabelecimento de certas regras terminológicas recomendadas, tais como:

- os conceitos devem ser representados consistentemente para os propósitos de recuperação, por substantivos ou frases substantivadas;
- os indexadores devem trabalhar com um vocabulário de termos preferidos, designando-se um dos sinônimos de um determinado conceito como o termo mais adequado para uso; e
- a opção pelo singular ou plural dos conceitos e suas exceções devem ser registradas claramente nesse vocabulário, visando à consistência da indexação, sua fidedignidade e posterior uso na recuperação.

Com relação à dimensão da indexação, ela foi proposta por Lancaster (1979), e trata da extensão com a qual um documento pode ser indexado, ou seja, a exaustividade e a especificidade. A indexação exaustiva procura extrair do documento o maior número de conceitos de forma a cobrir o seu conteúdo da maneira mais completa possível. É certo que esta maneira de indexar oferece a oportunidade de acesso a um grande número de conceitos, mas, ao mesmo tempo, ela pode ser responsável pelo ruído durante a recuperação da informação.

Segundo Soergel (1994), a exaustividade pode ser vista sob dois aspectos: a exaustividade de pontos de vista e a exaustividade de importância. A primeira assegura que as facetas ou os pontos de vista considerados úteis para a representação proposta pelas linguagens documentárias estarão disponíveis para a recuperação da informação.

A segunda determina o nível de importância dos descritores propostos pelas regras de indexação. Outro fator observado nesta maneira de indexar diz respeito ao seu custo-eficácia, pois, como os recursos disponíveis são sempre escassos, quanto mais exaustiva a indexação, naturalmente, maior será o seu custo, mas, ao se pensar na recepção desse produto, o retorno será positivo à medida que o usuário poderá ter outras possibilidades de recuperação.

A indexação específica, como o nome o diz, leva em consideração os conceitos específicos em função dos temas tratados no documento. Esta maneira de indexar diz respeito à profundidade com a qual o conteúdo de um documento é tratado. Se de uma parte ela favorece a precisão, de outra, contribui para aumentar o silêncio na recuperação da informação, pois é levado em consideração apenas o conteúdo principal do documento, deixando de contemplar os assuntos secundários, mesmo que de maneira não elementar, e que poderiam responder às necessidades dos usuários.

Nesse sentido, a coerência da indexação consiste na concordância quanto aos termos a serem usados para indexar um assunto tratado em diferentes documentos.

Entretanto, a manutenção da coerência na indexação não encerra em si mesma os fatores que determinam a realização de uma indexação de qualidade.

Ressalta-se, contudo, que a relação entre concordância e qualidade se dá de forma bastante complexa. O que define a qualidade da indexação é o estabelecimento de descritores que representem devidamente os assuntos dos documentos, permitindo sua eficaz recuperação. O conceito de coerência é um dos quesitos para uma indexação de qualidade, já que todos os documentos que tratam sobre o mesmo assunto devem estar representados da mesma forma, não havendo perda de informações no momento da recuperação.

A representação do conhecimento registrado, tendo em vista a indexação de documentos, pode ser realizada tomando-se por base os conceitos e as palavras-chave que sintetizem o conteúdo abordado. Neste caso, eles podem ser extraídos do documento por meio da análise de assunto que se realiza em textos escritos ou não textuais.

A maneira de indexar depende, naturalmente, do tipo de documento a ser indexado. Em uma monografia devem-se analisar os capítulos, os parágrafos e as seções. No que concerne aos periódicos e aos anais de eventos, a indexação deve analisar os artigos e as conferências. Em se tratando da indexação de documentos técnicos como: manuais, patentes, normas técnicas, bulas de medicamentos, laudos médicos entre outros, deve ser conduzida levando-se em conta os títulos e os conteúdos informacionais. A análise dessa tipologia de documentos considera a estrutura lógica, pois, normalmente, elas refletem com mais clareza o conteúdo tratado no documento. Desta forma, a indexação pode ser realizada a partir dos capítulos, seções, parágrafos e passagens.

Considerando a importância dos registros fotográficos para a memória organizacional⁴ das instituições e a completeza de resposta aos usuários, se faz necessário aplicar um tratamento diferenciado dos demais documentos. A representação e a indexação de documentos iconográficos devem prezar pelo detalhamento, pela descrição exhaustiva, de forma a possibilitar sua recuperação de forma rápida e eficaz.

⁴ A memória organizacional ou corporativa compreende o armazenamento e a manutenção do conhecimento em uma organização, que é coletado ao longo do tempo. A informação armazenada deve ser útil e atender as necessidades importantes proporcionando a recuperação de conhecimento relevante que agrega valor aos objetivos estratégicos da instituição. Deve incluir um modelo para descrever as fontes de informação e o contexto em que estas fontes são criadas, além de conhecimento factual, declarativo e de procedimentos relativos à memória individual dos funcionários. (MORESI, 2006).

Para a indexação de documentos não textuais, ou mais, especificamente, as fotografias existem duas abordagens a serem observadas: a primeira é conhecida como indexação com base no conteúdo e a segunda é conhecida como indexação com base em conceitos. Na abordagem que se baseia no conteúdo, a indexação é realizada de modo descritivo, por meio da extração de características de cor, textura e arranjo de figuras presentes na imagem. Na indexação com base em conceitos, as imagens são representadas por uma lista de palavras-chave que se referem às informações presentes na imagem. Miranda (2007) esclarece que “a indexação por conteúdo opera no nível sintático, enquanto a indexação por conceitos opera no nível semântico”.

Diante de tantas variáveis, destaca-se a importância do uso de uma política de indexação para nortear as atividades do indexador no momento da representação temática dos documentos.

A política de indexação orienta a análise conceitual e a seleção de termos de acordo com a relevância do assunto, o tipo de suporte informacional e as necessidades de informação dos usuários definidas por meio de um perfil pré-estabelecido. Essa política deve ser elaborada em função dos objetivos e da missão da instituição, enfocando sempre o perfil dos clientes/usuários. Deverá estar contida em um manual, de maneira que os indexadores possam tomar conhecimento das regras e diretrizes e possam segui-las. Essa decisão poderá contribuir para reduzir, de certa forma, a subjetividade suscitada na indexação.

Em consonância com a política de indexação, uso de linguagens documentárias e o modelo mental de cada indexador, a análise conceitual pode ser elaborada por meio de:

- uma análise manual, chamada igualmente intelectual, que é feita pelo profissional indexador;
- uma análise mecânica, feita pelas ferramentas da informática; e
- uma análise que combina as duas: humana e mecânica. Esta última é chamada indexação semi-automática ou assistida pelo computador, ou seja, o sistema faz uma indexação automática dos documentos levando em conta as ocorrências das palavras mais frequentes no texto. Em um segundo momento, o indexador refina a lista dos descritores propostos pelo sistema fazendo os ajustes e as complementações necessárias.

6.1 O PROFISSIONAL INDEXADOR

Após todo o trabalho de esmiuçar sobre a função de cada uma das etapas da indexação, é correto afirmar que a etapa considerada mais importantes na atividade do indexador é a análise de assunto, que tem por objetivo identificar e selecionar os conceitos que representam à essência de um documento. Este é um processo complexo, pois exige que o indexador siga uma metodologia adequada a fim de obter resultados satisfatórios. A eficiência do trabalho de indexar será avaliada pelos resultados obtidos pelo usuário no momento de recuperar a informação.

Cintra (2002) afirma que “[...] o papel fundamental [do profissional] da área de documentação, [é ser] responsável pela triagem, organização e conservação da informação, bem como pela viabilização a seu acesso”.

É interessante observar que na análise da fotografia e sua interpretação, além da ótica do profissional indexador, existe a ótica do fotógrafo e dos usuários-pesquisadores. Afinal, cada ser humano carrega uma bagagem diferenciada de experiências, senso artístico e cultural, modelo mental e emoções que influenciam tanto na produção (fotógrafo) como na compreensão da imagem (pelo usuário, pesquisador e/ou indexador).

O profissional da informação que desenvolve a atividade de indexar assuntos de documentos é chamado de indexador, catalogador de assuntos ou classificador. A maioria desses profissionais é graduado em Biblioteconomia, e deve conhecer os fundamentos teóricos e técnicos do tratamento temático da informação.

Um dos fatores que interferem no trabalho do indexador é a subjetividade, inerente ao ser humano e difícil de ser controlada. Vários outros fatores são verificados, ainda, como interferentes no processo de indexar, como o conhecimento prévio (conhecimento de mundo, conhecimento tácito) adquirido ao longo da vida, a sua formação e a experiência no trabalho de indexação. No entanto, o conhecimento da área de atuação é um fator importante a ser considerado, já que o domínio da terminologia e o conhecimento da taxonomia das classes de assuntos da área em que está atuando, auxiliam muito o trabalho de se extrair o conteúdo de documentos.

Observa-se, ainda, a interferência de fatores lingüísticos, (como o conhecimento da língua, do vocabulário e da sintaxe, além da

identificação de tipos de estruturas textuais), fatores cognitivos (capacidade de abstração, percepção e interpretação de informações contidas nos textos analisados) e fatores lógicos (elementos de dedução, indução, inferência, silogismo e outros), o que torna o estudo do processo de indexação altamente interdisciplinar. (NAVES, 2004).

Forni (2005) destaca que o bibliotecário “deve ter um conhecimento mínimo sobre o conteúdo do documento que está analisando, bem como conhecer os interesses dos usuários do acervo e a política da instituição e ter acesso aos mecanismos de controle do vocabulário”.

6.1.1 HABILIDADES NECESSÁRIAS AO INDEXADOR

Verifica-se que para o profissional da informação atuar no processo de indexação necessita ter um determinado perfil, que envolve as seguintes habilidades:

- Capacidade de leitura interpretativa;
- habilidade para redação e síntese do conteúdo;
- conhecimento dos assuntos abordados nos documentos;
- conhecimento do processo de recuperação de informação em bases de dados;
- conhecimento das necessidades de informação dos usuários; e
- domínio de técnicas e ferramentas de indexação, incluindo um profundo conhecimento da linguagem documentária e regras de sua utilização.

7 HISTÓRICO DA FOTOGRAFIA

A fotografia além de possuir valor documental, oferece enormes perspectivas como linguagem e fonte de informação, e ainda, serve de instrumentos para pesquisas documentais. Ela propiciou a humanidade uma visão realista do mundo, sendo considerada, um instrumento de captação de imagens para registrar a História.

A história da fotografia remonta da antiguidade quando químicos e alquimistas executavam experiências quanto à ação da luz. Em torno de 350 a.C. na Grécia antiga

já era conhecido o fenômeno da produção de imagens pela passagem da luz através de um pequeno orifício.

Alhazen por volta do século X, apresentou um método de observação dos eclipses solares através da utilização de uma câmera escura. A câmera escura na época, constituía de um quarto com um pequeno orifício aberto para o exterior.

Em 1525 já se conhecia o escurecimento dos sais de prata. Com os trabalhos do alemão Johann Henrich Schulze, em 1727, e do químico suíço Carl Wilhelm Scheele, em 1777, foi comprovado o enegrecimento dos sais devida à ação da luz.

Após o invento do fisionotrago e da litografia pelo francês Joseph-Nicéphore Niépce em 1817, foram obtidas imagens com cloreto de prata sobre papel. Em 1822, ele conseguiu fixar uma imagem pouco contrastada sobre uma placa metálica, utilizando nas partes claras betume-da-judéia que fica insolúvel sob a ação da luz, e as sombras na base metálica. A primeira fotografia mundial foi tirada em 1826, da janela da casa de Niepce e encontra-se preservada até os dias atuais.

Niepce e Louis-Jacques Mandé Daguerre, pintor e cenógrafo, iniciaram suas pesquisas fotográficas em 1829 na tentativa de aperfeiçoar o processo. Dez anos depois, em 1839, foi lançado o daguerreótipo. A operação não permitia cópias, mas mesmo assim o sistema de Daguerre se difundiu. Em pouco tempo, incontáveis daguerreotipistas garantiam o sucesso da invenção. Qualquer pessoa conseguia o que Niepce não tinha acertado, foi esse o início da “era da imagem”.

O inglês William Henry Fox Talbot lançou, em 1841, o calótipo, processo mais eficiente de fixar imagens. O calótipo foi a primeira fase na linha de desenvolvimento da fotografia moderna, o daguerreótipo conduziria à fotogravura, processo utilizado para reprodução de fotografias em revistas e jornais.

Outro britânico Frederick Scott Archer inventou, por volta de 1851, a emulsão de colódio úmida. Em 1864, o processo foi aperfeiçoado e passou-se a produzir uma emulsão seca de brometo de prata em colódio. Em 1871, Richard Leach Maddox, inglês, fabricou as primeiras placas secas com gelatina em lugar de colódio. Em 1874, as emulsões passaram a ser lavadas em água corrente, para eliminar sais residuais e preservar as placas. Em 1877 grandes empresas já dominavam o mercado de emulsões rápidas.

A maior evolução ocorreu durante a Renascença, quando uma lente foi colocada num pequeno orifício e, com isso, foi obtida uma melhor qualidade da imagem. Tal

projeto foi nomeado como câmera escura e começou a se tornar cada vez menor, até se transformar em um objeto que pudesse ser levado para qualquer lugar.

Já em tamanho portátil, no século XVII, a câmera escura era utilizada e fotografar tornou-se uma atividade em franca expansão e, rapidamente, difundiu-se pelo mundo.

E em junho de 1888, com George Eastman, surge a Kodak e a fotografia se tornou mais popular com este tipo de câmera que era mais leve, de baixo custo e de simples operação.

7.1 A FOTOGRAFIA REVISITADA PELOS AUTORES

Em sua dissertação, Torezan (2007) esclarece que a palavra fotografia significa escrito com luz e começou a ser usada quando esta invenção (registro mecânico de imagens) se tornou conhecida pelo mundo, sendo um marco evolutivo na maneira de obter ilustrações reais, pois, até o século XIX a retratação era apenas manual e artística. Atualmente, o método utilizado na captação de imagens fotográficas é alinhado com a tecnologia digital que proporciona rapidez, mais qualidade, efeitos especiais, entre outros recursos.

O formato digital possibilita a reprodução de uma imagem em diversos tamanhos, texturas e quantidades, enquanto no começo da reprodução mecânica das imagens, muitas vezes era possível apenas obter uma única cópia (original) e em tamanho limitado, sem coloração e por diversas vezes sem nenhuma nitidez. (TOREZAN, 2007).

Segundo Kossoy (2003), a descoberta da fotografia propicia a possibilidade do autoconhecimento e recordação, de criação artística, de documentação e denúncia graças a sua natureza testemunhal, natureza essa que o autor esclarece ser, na verdade, sua condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências.

Referindo-se a fotografia como fonte histórica, Kossoy (2003) observa que ela é caracterizada pelos materiais e técnicas que lhe configuram como objeto físico e pela imagem que a individualiza.

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/ tempo retratado. O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica. (KOSSOY, 2003).

Forni (2005) verifica que fotografia fornece um testemunho, o autor cita Sontag (2004) que por sua vez afirma que a fotografia equivale a uma prova incontestável⁵ de que determinada coisa aconteceu. Torezan (2007) explica que “a partir do momento que a fotografia é produzida ela já se torna um referencial para o passado (história), para um momento congelado no tempo”. A autora oferece uma melhor compreensão da sua afirmação por meio de uma analogia entre o céu e a fotografia:

Ao olhar o céu, é possível ver a imagem brilhante de estrelas que já se extinguiram a milhões de anos. Mas a representação delas ainda está visível, então acreditamos que ainda são reais. Na fotografia vemos a representação de algo, que se um dia existiu, pode ser que hoje não exista mais. (TOREZAN, 2007).

Contudo, Kossoy (2002) alerta que as fotografias não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos, pois elas são fontes de informações repletas de ambigüidades, portadoras de significados tão explícitos e de omissões pensadas, calculadas, que aguardam pela competente decifração. O autor pondera, no entanto, que a informação poderá ser corretamente decifrada com a devida contextualização histórica em seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos, culturais enfim) no tempo e no espaço do ato da tomada do registro.

Em 2003, Kossoy afirmou que “toda a fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo em que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda

⁵ Discordamos dessa afirmação na questão do “incontestável”, pois o teor e a mensagem de uma imagem podem ser facilmente alteradas, distorcidas, graças aos recursos digitais, “maquiagens” oriundas de uma boa editoração ou mesmo devido a aplicação de determinadas técnicas fotográficas.

fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho”.

Murguia e Registro (2006) acreditam que é necessário compreender a fotografia como um fragmento ou recorte de certo aspecto da realidade em um determinado tempo. Esclarecem que ela é crível em relação ao referente atestando a existência de uma realidade, ao mesmo tempo em que é sempre interpretativa porque deriva de uma escolha.

Baseando-se em Kossoy, Forni (2005) verifica que:

A fotografia envolve uma transposição de realidades: da realidade visual do assunto selecionado em um contexto (primeira realidade), para a realidade da representação (imagem fotográfica: segunda realidade). A realidade da fotografia encontra-se nas diversas interpretações, nas diferentes “leituras” que cada receptor fará em um dado momento.

Recorremos novamente a Murguia e Registro (2006) e observamos que a produção da imagem não é imparcial. Segundo os autores a produção fotográfica envolve técnicas como manipulação da luz, dosagem de elementos químicos visando determinado resultado, tempo de exposição, granulações do papel, entre outros. Além disso, os autores afirmam que o ato de fotografar é uma intervenção sobre a realidade sensível, resultando num produto híbrido onde há a presença do homem e da máquina.

Para Kossoy (2002, 2003), três elementos são essenciais para a realização de uma fotografia: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. O fotógrafo representa um filtro cultural na produção fotográfica, pois o registro fotográfico é elaborado conforme a sensibilidade e mediação criativa do fotógrafo. Involuntariamente ou não, ele transmite na foto as suas ‘credenciais’, seu estilo e visão de mundo. Além disso, o profissional por trás da câmera dramatiza ou estetiza a imagem de acordo com a finalidade ou aplicação a qual ela se destina.

Citamos Pinheiro (2000 apud MESQUITA; SILVA, 2004) para esclarecer melhor esse tópico:

A fotografia é, antes de tudo, um olhar que recorta, seleciona, escolhe; um olhar subjetivo cheio de emoção e de uma idéia de mundo: um olhar que interpreta. É ao mesmo tempo um olhar que usa uma técnica e que precisa, de alguma forma, dominar a máquina. Mas

a fotografia supõe, ainda, outro olhar: o olhar do apreciador, com sua história de vida, sua cultura, sua emoção.

As imagens paralisadas pelo registro fotográfico permitirão sempre diferentes montagens e interpretações: múltiplas realidades necessitam, portanto, de bons intérpretes que consigam recuperar, compreender e transcrever as informações nela contidas. Informações essas que são geradas, intencionalmente ou não, em cada etapa da produção fotográfica. Sobre a questão da informação na imagem, apresentaremos a seguir o entendimento de alguns autores.

Forni (2005) considera a fotografia como uma manifestação visual motivada por uma razão de ser repleta de informações que a ela se entrelaçam de diversas maneiras. Em seu artigo o autor traz o seguinte esclarecimento:

O modo como uma fotografia reúne informação é representando coisas, eventos e pessoas da maneira como eles foram e não através de símbolos convencionados, como acontece com o texto escrito ou a pintura. E não só a maneira de reunir informações é diferente, mas também a informação, apresentada pela imagem fotográfica, difere da mesma informação quando apresentada verbalmente. O dispositivo da imagem fotográfica é diferente do dispositivo do texto escrito. (MANINI, 2002 apud FORNI, 2005).

Para Torezan (2007), a fotografia é “um meio de comunicação, um suporte para idéias, um documento de múltiplas leituras e interpretações que mantém a função de registrar algo que podemos ver e intrinsecamente algo que é apenas conceitual”. A autora ressalta que “a fotografia pode ser uma fonte de informação isolada, mas quando faz parte de uma coleção, forma uma peça de quebra cabeça que compõe uma estrutura de dados coletivos que integram um conjunto geral de informações”.

Cabe lembrar que a produção de imagens cresce de forma vertiginosa devido aos recursos tecnológicos. Diante disso, se faz necessária à adoção de sistemas, métodos e técnicas de recuperação das informações como a indexação e a classificação.

Para concluir essa parte trazemos uma reflexão, ou melhor, algumas razões para a existência das imagens.

[...] para que possamos preservar a lembrança de certos momentos e das pessoas que nos são caras; para que nossa imagem não se apague; para que não percamos a referência do nosso passado, dos nossos

valores da nossa história, dos nossos sonhos; para que possamos manter acesa a chama dos que foram sacrificados nos tempos de intolerância e autoritarismo; para que possamos preservar as imagens dos desaparecidos e torturados; para que tenhamos provas que fatos hediondos ocorreram; para que não nos esqueçamos. (KOSSOY, 2002).

8 ANÁLISE DAS IMAGENS E INDEXAÇÃO DE FOTOGRAFIAS

No processo de tratamento técnico-documental do acervo o grande desafio é valorizar o conteúdo temático informacional, sem esquecer da expressão fotográfica.

No que concerne à indexação de documentos não textuais, cujas características são a informação por si só, a indexação demanda muito mais detalhes e muito mais informações do gênero: **Quem? O quê? Como? Onde? Quando?** A maneira de indexar estes documentos distingue além das informações visuais, outros tipos de informações percebidas por outros órgãos sensoriais desde que o indexador conheça o conteúdo.

As dificuldades para a indexação desses documentos resultam da tentativa de passagem da denotação, o que o documento mostra, para a conotação, o que é percebido pelo indexador. Assim, se devem considerar os objetos representados e suas formas, a percepção visual, a cena e o acontecimento.

A imagem, que antes era usada apenas como mera ilustração do texto, ganhou relevo na medida em que se desenvolveram estudos visando o aprofundamento de sua leitura e que a multimídia passou a ter papel relevante nos processos de informação, preservação e divulgação de imagens. (ALVES; VALÉRIO, 1998).

A fotografia, como já se sabe, é um instrumento de pesquisa e registro documental valioso para as instituições e para os pesquisadores, porém para que possa ser útil e recuperável, necessita receber um tratamento técnico-informacional adequado composto da análise, descrição e indexação.

Atualmente a indexação de imagens pode ser feita por programas que recuperam o conteúdo das imagens em meio digital e eletrônico e registram automaticamente por

algoritmos computacionais características como forma, tamanho, e cor; como, pode ser feita, também, de forma manual, por meio da análise e interpretação conceitual de profissionais da área da CI que organizam e indexam imagens em meio impresso, digital ou eletrônico atribuindo descritores que identificam e traduzem a mensagem da imagem.

O ideal seria a utilização dessas duas formas de indexação, aliando, complementando e agregando as técnicas, benefícios e facilidades de cada uma com o desenvolvimento de programas de gerenciamento. Contudo, nesse trabalho, o foco é a representação das imagens por meio de descritores atribuídos por um indexador - profissional da informação.

O profissional da informação, ao analisar e indexar fotografias deve ter em mente fatores como a utilidade sócio-organizacional, as especificidades de cada registro fotográfico, o perfil de seus usuários e como ocorre a demanda por informação, buscando prever as diversas possibilidades de leitura da imagem e maximizar a recuperação da informação.

Silva (2006) observa que cabe aos responsáveis pela gestão da informação em acervos fotográficos a tarefa de proceder à leitura da imagem, indagando ao documento aquilo que ele deseja revelar, utilizando técnicas apropriadas de descrição baseada na pesquisa de identificação e instrumentos de buscas voltados para a recuperação da informação, de forma a atender ao perfil do usuário da referida instituição.

Fotografias de um mesmo objeto ou pessoa podem receber uma interpretação diferente, e, portanto, serem alvos de demandas distintas, por causa da técnica fotográfica empregada: máximo de zoom, menos zoom, corpo inteiro, meio corpo, close, ângulo e enquadramento em que o objeto - pessoa e/ou ambiente foi fotografado, nível de luz, colorido, preto e branco e, ainda com as nuances de cor.

Como cada profissional possui experiências, bagagens educacionais e modelos mentais distintos, é fundamental que o indexador, ao analisar o documento iconográfico, tenha sempre em mente o perfil do público-alvo, que por sua vez, possui diferentes domínios de conhecimento. O grande desafio é determinar, de forma menos subjetiva, a informação que possui relevância ou não para os usuários da sua organização e, sempre que possível, consultar colegas de trabalho uma vez que o registro pode revelar informações diferenciadas a cada um que o examina.

Para um processo eficaz de descrição da imagem, Murguia e Registro (2006) concluíram que se faz necessário o reconhecimento dos diferentes níveis de realidade

contidos no registro fotográfico: a realidade denotada na sua superfície e aquela conotada através do processo fotográfico efetivado em um determinado contexto histórico.

Conforme verifica Smit (1997 apud MIRANDA, 2007), a bibliografia da área da informação preconiza o tratamento da fotografia exclusivamente pelo que mostra, ou seja, pelo conteúdo informacional e despreza sua dimensão expressiva, sem valorizar que a imagem é composta de conteúdo informacional e expressão fotográfica.

Uma informação para ser levada em consideração ao se descrever uma fotografia usando a técnica fotográfica⁶ é que toda imagem tem composição, enquadramento, luminosidade, profundidade de campo, uso de objetivas, tempo de exposição e posição da câmera; logo, todos estes recursos precisam ser analisados para tentar identificar quais as variáveis de cada recurso estão sendo empregadas. (MIRANDA, 2007).

Como lembra Torezan (2007) “qualquer fotografia agrega três perfis de informação: um é a própria imagem (parte visível) e seu conteúdo invisível (história e produção), outro é o suporte (o objeto físico) propriamente dito que juntos geram novamente mais informações”. A autora ainda afirma que “a análise da fotografia deve embasar-se (primeiramente) na visão, seguida pela história e fato do registro, e pela intenção de uso para qual foi criada a imagem”.

Com alusão aos atributos do conteúdo não visual da imagem (ou seja, informações extrínsecas ao conteúdo da imagem e que são relevantes na sua descrição), Layne (1994 apud MIRANDA, 2006) os classifica da seguinte forma:

- biográficos: refere-se aos autores, criadores da imagem, o local da sua criação e o nome ou título dado pelo seu autor;
- de conteúdo: a imagem pode ser **de** ou **sobre** alguma coisa, é simultaneamente genérico e específico e pode ser classificado quanto ao tempo, espaço, objetos, atividades e eventos;

⁶ No processo de descrição da fotografia, é importante que todos os aspectos referentes aos recursos técnicos e tecnológicos aplicados na imagem sejam observados. Porém, dificilmente os indexadores da área de CI, ao iniciarem suas atividades com acervo fotográfico, possuem conhecimento aprofundado sobre as técnicas fotográficas, mas, isso não o impede de aplicar suas habilidades biblioteconômicas e/ou arquivísticas na análise conceitual das imagens. Aos poucos, a busca pela qualidade e maior precisão o fará inteirar-se das técnicas e tendências fotográficas e acompanhar a evolução tecnológica nessa área.

- de relacionamento: deve-se indicar a natureza do relacionamento, se houver, com outras imagens, documentos textuais ou objetos; e
- de exemplos: a imagem pode exemplificar ou ser exemplo (cópia) de alguma coisa.

Jørgensen (1996 apud MIRANDA, 2007) pesquisou sobre a descrição de imagem e diferenciou três tipos de atributos:

- perceptivo: identificados em resposta direta ao estímulo visual, como objetos (pessoa), cor (vermelho), entre outros;
- interpretativo: requerem uma interpretação dos atributos perceptivos e inclui termos que designam idéias abstratas como vitória e poder; e
- reativos: descrevem reações e atitudes das pessoas na imagem.

Para ajudar-nos a compreender melhor esse universo técnico-visual, apresentamos a distinção de James e Chang (2000 apud MIRANDA, 2007) entre percepção e conceito, e entre sintático e semântico:

- nível de percepção: ligado aos nossos sentidos, não requer conhecimento;
- nível de conceito: idéia abstrata ou genérica de alguma coisa e depende do conhecimento e da experiência de cada pessoa;
- nível sintático: modo como os elementos visuais são arranjados numa imagem, sem levar em conta a relação semântica entre tais arranjos; e
- nível semântico: lida com o significado dos elementos visuais e dos seus arranjos.

Numa análise e descrição iconográfica, são encontradas tipologias diferentes de informações. Azevedo, Freire e Pereira (2004) as distinguem como:

- informações técnicas: diz respeito às técnicas utilizadas para a confecção de determinadas imagens;
- informações estéticas: refere-se às formas e temáticas que compõem cada imagem;
- informação espacial: identifica o espaço onde a imagem foi capturada ou sobre o qual foi produzida; e
- informação relacional: considera os fatores de relação entre a imagem em si, a partir de seus elementos constitutivos, e demais conjunto de atributos que podem ser inferidos, tais como a cronologia.

Considerando o caráter específico da fotografia, Erwin Panofsky (apud MIRANDA, 2007) desenvolveu uma metodologia para o seu estudo, e estabeleceu três

níveis para a análise das imagens, com a finalidade de descrever a informação iconográfica:

- nível pré-iconográfico: descrição genérica dos objetos, eventos e ações representados na imagem, baseada em conhecimento que permite reconhecer esses objetos e ações; e
- nível iconográfico: determina o assunto convencional ou secundário da imagem. Envolve uma interpretação dos objetos e ações presentes na imagem, sendo mítico e abstrato. É baseada no conhecimento adquirido da familiaridade com os hábitos e tradições culturais e identifica objetos específicos e a representação de temas e conceitos abstratos.
- nível iconológico: implica o esclarecimento do significado intrínseco do conteúdo da imagem, ou os seus valores simbólicos. É construída a partir dos níveis anteriores, mas recebe influência do conhecimento do indexador - o intérprete - sobre o ambiente cultural, social e artístico dentro do qual a imagem foi gerada.

Na análise iconográfica, Kossoy (2002) apresenta duas linhas multidisciplinares para a decodificação de informações explícitas e implícitas no documento fotográfico:

- a reconstituição do processo que originou a fotografia, determinando-se assim seus elementos constitutivos – assunto, fotógrafo, tecnologia, em dado lugar e época.
- a recuperação do inventário de informações codificadas na imagem fotográfica, ou seja, identificação dos detalhes icônicos que a compõem.

Para a interpretação iconológica, lembrando que o documento fotográfico é uma representação a partir do real onde se tem registrado um aspecto selecionado daquele real, organizado cultural, técnica, esteticamente (ideologicamente), o autor sugere dois caminhos básicos:

- o resgatar a história própria do assunto, seja no momento em que foi registrado ou independentemente da mesma representação.
- desmontar as condições de produção, esmiuçando o processo de criação que resultou na imagem.

Segundo Boris Kossoy (2002), por meio da interpretação iconológica busca-se decifrar a realidade interior da representação fotográfica, sua face *oculta*, seu significado, a sua primeira realidade, além da verdade iconográfica.

Moreiro González e Robledano Arillo (2003 apud ESTORNIOLA FILHO, 2004) propõem três níveis de análise documentária de conteúdo informacional de imagens: identificadora, descritiva e interpretativa. Para o tratamento da fotografia, os autores propõem a descrição e a interpretação da imagem: “a leitura do que se vê” e “a leitura do que se interpreta”.

Nesse contexto, a descrição - a leitura do que se vê - é a representação das características temáticas da imagem, traduzindo os significados das coisas e representando-as pela sua aparência. São especificados três níveis de significação: o que é evidente (descrição pré-iconográfica); o que é contextual (análise iconográfica); e o que é intrínseca e simbolicamente explicativo (interpretação iconográfica).

Para a interpretação - a leitura do que se interpreta - os autores chamam a atenção para a questão da influência da experiência profissional, e observam que essa ótica de cunho pessoal deve ser evitada na análise de documentos técnico-científicos, o mesmo já não se aplica na análise de outros documentos informativos, especialmente os publicitários.

Azevedo, Freire e Pereira (2004) elaboraram uma hierarquia tentativa de atributos para a categorização das imagens, obedecendo à seguinte ordenação:

- suporte: tipo de superfície em que se encontra o registro imagético;
- cor: quais as cores que a imagem apresenta se é um positivo ou um negativo, e sua situação;
- tecnologia: entende-se o aparato tecnológico para captação/criação da imagem (fotografia, cinema, vídeo entre outros);
- cronologia: considera-se a época em que o registro foi realizado, no caso de original, e a época em que foi realizada a cópia, para os casos de registros não originais;
- localização: entende-se o local onde o registro foi produzido e sobre qual local foi registrado;
- conservação: o estado em que se encontra o registro no momento de sua catalogação.

Os procedimentos de resumo e análise documentária desenvolvidos para a informação textual não podem ser mecanicamente transpostos para o documento fotográfico devido ao estatuto da imagem fotográfica diferenciar-se do texto e em razão da utilização da imagem fotográfica não se balizar unicamente por seu conteúdo informacional, mas também, por sua expressão fotográfica.

A proposição de uma metodologia de análise da fotografia supõe um entendimento da essência desta, daquilo que a caracteriza das razões pelas quais é produzida e, sobretudo, das condições em que será utilizada. Torna-se imperativo compreender a imagem fotográfica como informação a ser tratada e recuperada.

Conforme verifica Alves e Valério (1998), a fotografia dificilmente traz alguma informação escrita e, quando traz, nem sempre é absolutamente correta ou descreve o conteúdo geral da imagem. Por isso é necessário pesquisar quem fotografou, quando, onde, o que e/ou quem foi fotografado. Uma imagem pode ter vários significados e usos, além de direcionar a visão do indexador para o ponto de vista da instituição, que se baseia no tipo de usuário que possui.

Para analisar uma imagem é preciso estabelecer um percurso que envolve algumas etapas ou procedimentos metodológicos. São eles[:] a leitura, a interpretação e finalmente a síntese ou conclusão final. Um dos desafios da realização desse tipo de análise seria a necessidade de uma espécie de ‘tradução’, isto é, a transposição de códigos visuais em signos lingüísticos, já que a absoluta maioria dos trabalhos científicos deve ser apresentada no formato de texto. (Coutinho 2006 apud TOREZAN, 2007).

Por desconhecimento de algo apresentado na imagem ou por falta de atenção, alguns aspectos relevantes presentes na imagem podem passar despercebidos, não sendo registrados pelo indexador e dificultando a recuperação do documento. Miranda (2007) alerta que:

O processo de representar a informação iconográfica através de descritores sempre resulta em perda da informação iconográfica, pois, o que está sendo feito, é na verdade, uma tradução de linguagens – da linguagem icônica para a linguagem verbal – e, como em todo o processo de tradução, existem interferências que resultam em perda da informação original.

A descrição de imagens por conceitos permite traduzir a informação iconográfica em informação verbal por meio do uso de palavras-chaves ou, utilizando técnicas da CI avançadas de indexação de assunto, por meio de termos descritores. Miranda (2007) observa que “representar a informação imagética por meio de descritores é uma tarefa que está longe de ser trivial. Esse é um tema que tem

demandado muitas pesquisas tanto em Ciência da Informação quanto em processamento de imagens”.

Essa tradução deve (ou deveria) ser realizada necessariamente por um indexador, geralmente da área de biblioteconomia ou arquivologia, tendo como alvo a recuperação da informação que está intrinsecamente ligado às necessidades dos usuários, das pessoas que recorrem ao acervo fotográfico com demandas especializadas; tudo isso sem perder de vista o contexto organizacional.

Segundo Layne (1994, apud LOUREIRO, 2000), “a indexação de imagens individuais deve-se basear em seus atributos e proporcionar o acesso não só a imagens individuais como também a grupos de imagens”. Tais atributos são categorizados pela autora em quatro grupos:

- atributos biográficos: prende-se à biografia da imagem, compreendendo as informações relacionadas ao seu “nascimento” (criador, tempo, lugar), bem como suas “viagens” através do mundo (localização, proprietários).
- atributos de assunto: apontados pelo autor como sendo “os mais problemáticos e menos objetivos”. Classifica os assuntos de uma imagem em quatro facetas: tempo; espaço; atividades e eventos; objetos animados e inanimados.
- atributos exemplificadores: imagens podem ser também exemplos de algo.
- atributos relacionais: imagens podem ainda se referir ou se associar a outras imagens, textos ou objetos.

Sobre a técnica de indexação, existem metodologias empregadas para a extração de descritores ou de palavras-chave com base no conteúdo da imagem. Smit (1997) as categorizou em três parâmetros de análise, são eles:

- o que a fotografia mostra (ou seja, seu conteúdo informacional);
- como a fotografia mostra (a forma adotada para mostrar o conteúdo informacional, ou seja, a expressão fotográfica); e
- onde a fotografia mostra (dedicado à questão do documento fotográfico enquanto objeto físico).

A maior parte dos mecanismos de busca de imagens fotográficas é indexada com base em informações extra-imagéticas, isto é, informações que não estão presentes na imagem, tais como: fotógrafo, título, data, descrição textual, etc. Embora estas

informações sejam relevantes, elas não representam a informação presente na imagem. Para melhorar a recuperação de imagens fotográficas há a necessidade de representar o conteúdo informacional (o que a imagem mostra) e a sua expressão fotográfica (como a imagem mostra). A expressão fotográfica é produzida pelo fotógrafo com o uso da técnica fotográfica. Duas imagens sobre o mesmo objeto podem ter uma recepção diferente por causa da técnica fotográfica empregada. (MANINI, 2007).

Miranda (2007) constata que para a recuperação da informação pelo usuário é importante a representação de imagens nos níveis genérico e específico, pois, como afirma Shatford (1986), o usuário formular suas necessidades informacionais nos termos que já conhece, ou seja, se o usuário só conhece o nível pré-iconográfico (genérico) de uma imagem, ele não conseguiria formular suas necessidades em termos iconográficos (específicos).

As contribuições de Shatford (1986) sobre indexação de imagens e a de James e Chang (2000) a respeito da classificação de recursos visuais podem ser categorizadas dentro da teoria de Gilliland-Swetland (2000) como metadados descritivos, uma vez que os utiliza para descrever o objeto da imagem. O que a imagem mostra denomina-se conteúdo semântico.

Shatford (1986 apud MIRANDA, 2007), constata que a imagem é **de** alguma coisa ou **sobre** alguma coisa. Shatford emprega estes dois aspectos para analisar os níveis pré-iconográfico e iconográfico esclarecendo que no nível pré-iconográfico o aspecto **de** é a descrição genérica de objetos e eventos, enquanto que no nível iconográfico o aspecto **de** é a identificação específica destes objetos e eventos; argumenta que a imagem é simultaneamente genérica e específica. Quanto ao aspecto **sobre**, no nível pré-iconográfico corresponde ao significado expressivo, e no nível iconográfico o **sobre** corresponde à identificação do significado simbólico, mítico ou de conceitos abstratos. O **de** descreve pessoas, objetos, lugares, ações, que têm manifestação física, enquanto o **sobre** descreve emoções (amor, felicidade) e conceitos (honra, verdade).

Ainda, tratando da análise e descrição de imagens, Miranda (2007), verifica que as questões **quem, onde, quando e o que** são empregadas para extrair o conteúdo da imagem. Segundo o autor, representar a imagem empregando o método de Shatford

(1986) consiste em observar a imagem e responder a estas perguntas nos níveis genéricos e específico e, além disso, identificar o **sobre** com base nessas respostas.

Categoria	Definição Geral	DE genérico	DE específico	SOBRE
QUEM	Animado e inanimado, objetos e seres concretos	Esta imagem é de quem? De que objetos? De que seres? <i>Exemplo: Magistrado da JMU</i>	De quem, especificamente, se trata? <i>Exemplo: Ministro-Presidente do STM</i>	Os seres ou objetos funcionam como símbolos de outros seres ou objetos? Representam à manifestação de uma abstração? <i>Exemplo: Posse</i>
ONDE	Onde está a imagem no espaço?	Tipos de lugares geográficos e arquitetônicos <i>Exemplo: Edifício-Sede do STM</i>	Nomes de lugares geográficos e arquitetônicos <i>Exemplo: Brasília</i>	O lugar representa a manifestação de um pensamento abstrato? <i>Exemplo: Não se aplica</i>
QUANDO	Tempo linear ou cíclico, datas e períodos específicos, tempos recorrentes	Tempo cíclico <i>Exemplo: Biênio</i>	Tempo linear <i>Exemplo: 2006-2008</i>	Raramente utilizado, representa o tempo à manifestação de uma idéia abstrata ou símbolo? <i>Exemplo: Não se aplica</i>
O QUE	O que os objetos e seres estão fazendo? Ações, eventos, emoções	Ações, eventos <i>Exemplo: Posse de Ministro</i>	Eventos individualmente nomeados <i>Exemplo: Min. Lencastre</i>	Que idéias abstratas (ou emoções) estas ações podem simbolizar? <i>Exemplo: Alegria (emoção)</i>

Tabela 3. Representação dos conteúdos da imagem

Design: Eduardo Monteiro

O diagrama, abaixo, [denominado como] de classe da representação sintática e semântica da imagem. [Detalha] um pouco mais [sobre] o conteúdo semântico [...] [e pode-se] observar que os elementos **o que, quando, como, onde e sobre** [...] [são explicados exhaustivamente.] [...] Isto é mostrado com o uso de uma seta ligando o elemento ao conteúdo semântico. Este relacionamento é denominado de herança, também conhecido como **é um**, ou seja, **o que é um** conteúdo semântico, **onde é um** conteúdo semântico. (MANINI, 2007).

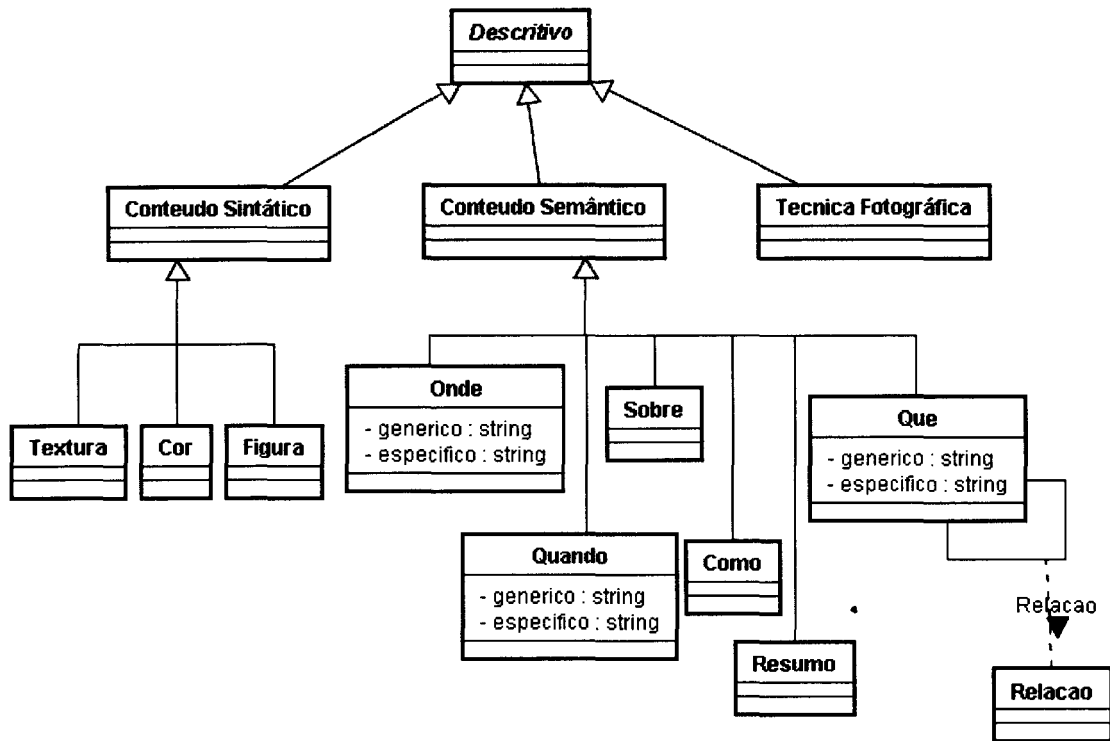


Figura 4. Diagrama de classe de representação da imagem (MANINI, 2007).

O nível sintático é representado no diagrama pela classe conteúdo sintático e suas subclasses cor, textura e figura. A técnica fotográfica está representada pela classe técnica fotográfica.

Conforme registra Manini (2007), existem três grandes fases na percepção e uso da imagem fotográfica:

- a fotografia como espelho real;
- a fotografia como transformação do real; e
- a fotografia como traço do real.

Em se tratando de recuperação de imagens, o problema agrava-se, pois a documentação de registros iconográficos exige técnicas que, na maioria das vezes, são desconhecidas pelos profissionais. O problema é que as imagens se tornam irrecuperáveis se não existir uma descrição associada a elas. Além disso, a maneira como esta descrição é realizada tem um enorme impacto no acesso da informação.

Ainda não existe um modelo de indexação que represente de modo preciso à informação presente numa imagem, mas existem técnicas que recuperam as informações mais relevantes. O profissional responsável pelo acervo fotográfico deve, então, se preocupar com parâmetros, ferramentas e elaboração de manuais para a busca

da qualidade e coerência da indexação dos materiais que compõem o acervo. Portanto, é imprescindível observar os seguintes quesitos:

- i. selecionar o material com as respectivas subdivisões:
 - a. o assunto do material deve ser pertinente ao acervo fotográfico da instituição;
 - b. verificar se há necessidade de estabelecer data-limite para a formação da coleção; e
 - c. determinar se o material e técnica utilizados serão determinantes para a fotografia ser selecionada.
- ii. atribuir com registros numéricos todas as fotos para efeito de controle qualitativo;
- iii. informar a data e a forma de aquisição da fotografia;
- iv. fazer menção do nome da coleção fotográfica;
- v. realizar a proveniência e histórico do item;
- vi. identificar nominalmente a autoria, ou seja, o fotógrafo;
- vii. contextualizar a imagem;
- viii. descrever o conteúdo iconográfico;
- ix. proceder à análise conceitual por meio de descritores; e
- x. averiguar a forma de armazenamento e arquivamento.

9 ESTUDO DE CASO: ACERVO FOTOGRÁFICO DO STM

No STM não foi localizado nenhum apontamento da data de início do seu acervo fotográfico.

Na coleção de imagens está retratado o histórico da Justiça Militar da União por meio do registro de eventos, tais como: a mudança da sede do Rio de Janeiro para Brasília, construções dos prédios, solenidades de posse e despedida de Ministros, Presidentes e Vice-Presidentes, Diretores Gerais, entrega da Ordem do Mérito Judiciário Militar, seminários, palestras, posse, despedida, galeria de ministros, visitas, delegações, condecorações, confraternização, instalações, auditorias, solenidades, comemorações, prêmios, medalhas, placas, selos, apresentações, homenagens, congressos, conferências, seminários, entre outros.

A coleção é composta em sua maioria por material no suporte de papel fotográfico comum, mas também, possui negativos, cópiões e alguns DVDs. A maioria das fotografias do acervo não apresenta alto grau de resolução, pois foram produzidas por fotógrafos amadores.

A manutenção e processamento técnico do acervo bibliográfico estão sob a responsabilidade da Diretoria de Documentação e Divulgação – Gabinete da Diretoria. As consultas e pesquisas são usualmente mediadas pela equipe da DIDOC-GD, uma vez que os registros fotográficos estão arquivados no próprio Gabinete. Os usuários desse serviço são os gabinetes dos Ministros, a Assessoria de Comunicação, unidades da JMU em geral e, também, os usuários externos.

Verifica-se que, apesar da documentação ser considerada de guarda permanente, o STM, ainda, não adotou nenhuma política de depósito legal para registros fotográficos, mas existe um entendimento informal entre a DIDOC, o fotógrafo oficial e a Assessoria de Comunicação para que as fotografias dos eventos e personalidades atuais sejam enviadas à DIDOC-GD.

Segundo relatos das bibliotecárias da DIDOC-GD, a primeira etapa de organização da coleção fotográfica do STM foi o arquivamento por classificação e uma indexação genérica. Posteriormente, as fotografias dos Ministros receberam um tratamento de indexação exaustivo. Esse material é armazenado individualmente, já as demais fotografias são arquivadas em trio.

Apresentamos a seguir os instrumentos auxiliares utilizados pela DIDOC-GD para a consecução do tratamento do material iconográfico:

- documentos (convites, panfleto, catálogos, entre outros);
- manual de procedimento da DIDOC-GD;
- lista de assuntos gerais das fotografias;
- jornal do STM;
- relatos (informações feitas por participantes e organizadores de eventos ou depoimento de pessoas capazes de identificar fatos e pessoas);
- manual de indexação de documentos fotográficos da Biblioteca Nacional; e
- arquivo biográfico dos Ministros do STM.

Todas as fotos são catalogadas, indexadas, classificadas e arquivadas por assunto, em ordem alfabética ou cronológica. Esse serviço, atualmente, está sem

recursos humanos. Porém a equipe era formada por um estagiário de biblioteconomia e um funcionário terceirizado com 2º grau completo, sob a coordenação de duas bibliotecárias.

Até o presente momento, não há software de gerenciamento da informação e todo o processo de tratamento técnico das fotografias é efetuado manualmente. Segundo as bibliotecárias responsáveis por esse serviço será desenvolvido ou adquirido um sistema que possibilite a automação de parte do processo - SRI. Certamente que, com a inserção de tecnologia na atividade de indexação da fotografia, o atendimento às necessidades do usuário se tornará mais dinâmico.

9.1 ATUAL POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

São identificados os assuntos principais de interesse para a JMU. Tem-se por princípio não indexar as fotos fora de foco e sem nitidez (a não ser que sejam únicas) e, também, imagens cujas pessoas fotografadas não sejam identificadas.

A representação do conteúdo de cada imagem deve incluir todos os elementos indispensáveis para a identificação da fotografia.

Na descrição física, não são considerados atributos como: efeitos especiais, condição de iluminação e outros detalhes que fazem parte do processo de produção, devido ao grau de complexidade.

Na fase de tradução opta-se por usar o descritor no singular e a indexação é pós-coordenada, sendo, ainda, permitida a utilização de palavras estrangeiras quando não há o termo equivalente em português.

9.2 ANÁLISE CONCEITUAL

Atualmente, é empregada a linguagem natural. Os conceitos extraídos da imagem, sejam eles descritivos ou analíticos, são baseados na própria fotografia.

Segundo consta na proposta de política de indexação da DIDOC-GD, está em desenvolvimento um vocabulário controlado com o intuito de manter a uniformidade da indexação e da recuperação das informações dos documentos iconográficos.

Posteriormente, será realizada a conversão dos conceitos da linguagem natural para os descritores autorizados pelo Vocabulário Controlado. Porém, há a perspectiva

de se utilizar um sistema de indexação híbrido, ou seja, será aplicado concomitantemente a LD e a LN, sendo a última em até três descritores.

9.3 ANÁLISE DESCRITIVA DAS FOTOGRAFIAS

Segundo as bibliotecárias Alda Maria e Maria das Graças, responsáveis pelo serviço, à descrição da imagem é contextualizada pelos assuntos principais de forma a facilitar a recuperação da informação.

A representação da imagem dos ministros é descrita exhaustivamente, aplicando as palavras-chave retiradas da lista “Arquivo Fotográfico” (Anexo A) que traduzem detalhes como: com toga, de óculos, sentado no plenário escrevendo, entre outros similares.

Na descrição do item fotográfico é importante fazer menção ao tamanho, suporte material (negativo ou positivo), estado de conservação e cor.

Os materiais no suporte multimídia são tratados pela DIDOC- GD como um todo, desconsiderando a individualidade das imagens registradas.

10 AVALIAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE INDEXAÇÃO DO ACERVO

O exame criterioso dos procedimentos de indexação das fotografias foi efetivado com base nas respostas do questionário (Anexo C) aplicado às bibliotecárias responsáveis pelo serviço e a *Proposta para a elaboração de uma política de indexação de acervo fotográfico do Superior Tribunal Militar*.

Considerando o panorama de como tais técnicas são realizadas, apresentamos a seguir algumas observações pertinentes à melhoria do serviço:

- Na representação documentária de uma imagem, é preferível que cada fotografia tenha o seu registro em separado, mesmo que elas estejam juntas em um mesmo suporte como CD ou DVD, essa providência facilitará o acesso à informação e representará com fidedignidade o tamanho do acervo fotográfico.
- Como o intuito da formação e manutenção desse acervo é a preservação do histórico da JMU, necessário se faz legalizar por meio de normas o

depósito legal, para garantir a transferência de qualquer fotografia produzida no âmbito da JMU para a DIDOC.

- A inexistência de norma formal estabelecida referente às práticas de manuseio e uso das fotografias de forma a minimizar os danos e extravios do documento foi outro fator relevante percebido, situação que dever ser regularizada o mais rápido possível. Devido ao fato de as imagens impressas serem de natureza frágil, sujeitas a estragos e deterioração é imprescindível à busca de um local apropriado com climatização adequada, nível de luz controlado e espaço suficiente de modo a não prensar o material fotográfico. A observância desses fatores facilitará a recuperação da informação e proporcionará maior longevidade ao material iconográfico.
- Aviltamos, também, a possibilidade de digitalizar todo o material iconográfico do STM, mesmo sendo dispendioso, pois assim haveria uma restrição no manuseio do documento original sem impedir o acesso às informações registradas na imagem, além de contribuir para a preservação e conservação da coleção.

Na era da tecnologia da informação, quando os documentos podem ser eletronicamente disseminados e atender ao maior número de usuários em menor tempo, nos deparamos com problemas arcaicos relacionados à falta de sistema de gerenciamento da documentação das fotografias do STM e a falta de uma política de marketing do serviço prestado. Isso representa uma desvantagem para a Organização, uma vez que desconhece a existência de informações relativas à sua própria memória, perdendo-se com isso parte da história brasileira.

Quando da compilação dos dados, observamos que as respostas foram divergentes no que se referia a aplicação da AACR2 no que se referia à ficha catalográfica utilizada (Anexo B). Pelo nosso entendimento, a ficha empregada não possui os campos essenciais e as regras definidas pelo Código, como campo de título da fotografia e a aplicação das pontuações obrigatórias, porém, pelo que podemos observar, o formulário e os dados ali registrados atendem perfeitamente à demanda atual.

Partindo da premissa que no momento de atribuir a classificação e a indexação dos materiais fotográficos é empregada à lista de assuntos gerais (Anexo A), achamos

achamos temeroso a dualidade do instrumento (em um momento hierarquizado, em outro livre), ou seja, a junção de classificação arquivística com lista de termos em linguagem natural. Tal procedimento acarreta a generalidade da indexação e a alta revocação por ocasião da busca pela informação.

Um outro aspecto observado foi a distinção dada às fotografias no processamento técnico da informação. Ressaltamos a importância de regras bem delineadas para se analisar conceitualmente e descritivamente todas as fotografias do acervo.

Quanto às expressões descritivas recomendadas no documento de preenchimento da ficha catalográfica, propomos a obrigatoriedade do uso das palavras-chave, porque hoje elas são expressões que podem ser úteis e, ainda, proceder à categorização dessas palavras separando-nas em:

- termos que descrevem o posicionamento da imagem em relação ao espaço físico (canto direito, embaixo à esquerda);
- descritores que se referem à ação registrada na imagem (acenando com a mão direita, entrando);
- termos que representem as emoções dos personagens da fotografia (triste, contemplativo);
- palavras-chave que denotem a descrição física constante na fotografia (meio corpo, cabelo longos).

A política de indexação do acervo fotográfico, depois de efetivamente implantada, deverá ser revisada por comissão formada por indexadores e consultores, com o objetivo de manter a adequação da coleção ao propósito da Justiça Militar da União. Além disso, deve haver, periodicamente, uma revisão de termos livres utilizados na indexação para inclusão ou não no vocabulário controlado e verificar, junto ao indexador, as dificuldades enfrentadas durante a consecução das etapas da indexação e as soluções encontradas, por meio de sua experiência, para que possa servir de subsídio para atualização da LD.

No que tange ao vocabulário controlado a ser aplicado, é imprescindível que seja observada a frequência de utilização dos descritores; efetuada a eliminação e/ou substituição dos descritores ultrapassados, em virtude de modificações na terminologia específica; a extinção dos descritores nunca utilizados ou termos sinônimos; e, ainda, a

ampliação do nível de especificidade dos termos de indexação que apresentem grande volume de documentos reunidos sob um único descritor.

11 CONCLUSÃO

Para finalizar esse trabalho, percebemos ao longo de nossos estudos que a indexação, realmente, é uma ferramenta de importância para a GI, pois possibilita a recuperação da informação com maior rapidez e qualidade. Conseqüentemente, auxilia a GC no âmbito das organizações.

Como afirma Tarapanoff (2001), a informação como um bem pode e deve ser gerenciada. Constitui-se na base da administração dos recursos informacionais e consiste na visão integrada de todos os recursos envolvidos no ciclo informacional.

A informação deve ser mensurada de acordo com sua relevância, relação custo-benefício, flexibilidade de adaptação ao usuário e o contexto cultural da organização. Proporciona um novo ponto de vista para a interpretação dos fatos e dos objetos, expondo novos significados e entendimentos.

Ao longo da revisão literária, constatamos que o conhecimento e a informação são relacionais e inerentes ao contexto na medida em que dependem da situação e são criados dinamicamente na interação entre as pessoas, todavia, o conhecimento, ao contrário da informação, está relacionado à ação.

Observamos que, como a imagem transmite informações, pode e deve ser reconhecida como fonte de conhecimento e fator a ser considerado no processo de gestão informacional. Portanto, o indexador como parte atuante no fluxo informacional e no processo de Gestão do Conhecimento e da Informação, deve atentar-se às minúcias em sua análise e descrição, pois um registro fotográfico, por si só, pode conter uma quantidade surpreendente de informações.

É interessante observar como o documento não textual e textual são simultaneamente valiosos, pois, como observa Silva (2000) as modalidades de representação do conhecimento – texto e imagem – se complementam, uma vez que há imagem na palavra, assim como também existe palavra na imagem.

Dessa forma, no processo de indexação de imagens, o indexador não deve ater-se apenas às informações extraídas da fotografia, deve buscar documentos e livros que contextualizem essa imagem. É essencial que busque, também, outras fontes, mesmo

que obtidas informalmente por meio dos *stakeholders*, dentro e fora da organização, entre outros recursos plausíveis.

Os estudos nessa área ainda são recentes, dessa forma, supomos que, ao longo do tempo, surgirão novos métodos e formas de análise e recuperação da informação em documentos iconográficos.

Apesar das lacunas identificadas no processo analítico do acervo, ressaltamos que em vista dos poucos recursos disponíveis muito já se foi feito no sentido de organizar e recuperar a informação iconográfica no âmbito do STM. Destacamos o empenho e o grau de profissionalismo das responsáveis por esse serviço.

Finalmente, baseadas na polissemia inerente à fotografia e a imprevisibilidade referente à sua utilização, se faz necessário desenvolver procedimentos adequados aos interesses dos usuários e do STM, de forma que seja estabelecido princípios da gestão informacional e, conseqüentemente, possibilite à Organização condições de usufruir integralmente do acervo fotográfico. Afinal, o uso dos registros iconográficos para registrar a memória organizacional do STM é de suma importância na medida em que retratam as transformações, os eventos, os acontecimentos histórico-sociais e servem de subsídio para a organização e para os usuários.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Mônica Carneiro; VALERIO, Sergio Apelian. **Manual para indexação de documentos fotográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 1998. Disponível em: <www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Manualfoto.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2008.

ARAÚJO, E. A. de. **Sociedade de informação: espaço onde o silêncio mora?** São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1996.

ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 54-76, jan./abr. 1995.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; FREIRE, Bernardina Maria Juvenal; PEREIRA, Perpétua. A representação de imagens no acervo da Biblioteca Digital Paulo Freire: propostas e percursos. **Ciência da informação**, Brasília, v. 33, n. 3, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/517/470>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

BARANOW, Ulf Gregor. Perspectivas na contribuição da lingüística e de áreas afins à ciência da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 23-35, 1983.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRAGA, Ascensão. **A gestão da informação**. Trabalho realizado a partir de Tese de Mestrado em Gestão - Universidade da Beira Interior (1996), com supervisão da Professora-Doutora Mariq Joaquina Barrulas (Investigadora do INETI e Professora convidada da UBI). Disponível em: <<http://www.brint.com/km/whatis.htm>> Acesso em: 10 set. 2008.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Qualidade da informação: conceitos e aplicações. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n.1, p. 29-45, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissuc.php?id=18#Artigos>>. Acesso em: 12 set. 2008.

CANÇADO, Vera L.; MEDEIROS, Nilcéia Lage de; JEUNON, Ester Eliane. O profissional da informação: uma análise baseada no modelo de múltiplos papéis de Ulrich. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 196-218, maio/ago. 2008.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 12, n.1, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 30 ago. 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da informação**. Brasília, v. 29, n. 3, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000300004&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 30 ago. 2008.

CARVALHO, Rodrigo Baroni de. **Tecnologia da informação aplicada à gestão do conhecimento**. Belo Horizonte: Ed. C/ Arte, 2003.

CHAUMIER, J. **Travail et methodes de la documentaliste**: connaissance du problème. Paris: ESF/Libraries Techniques, 1980. p. 42-7.

CHIAVENATO, Idalberto. [Orelha do livro] In: GESTÃO estratégica da informação e inteligência competitiva. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de lingüística para estudos de indexação. **Ciência da informação**. Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

CRUZ, Cláudia Andressa; NAGANO, Marcelo Seido. Gestão do conhecimento e sistemas de informação: uma análise sob a ótica da teoria da criação do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 88-106, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/173/476>>. Acesso em: 13 set. 2008.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c1998.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes; MOURA, Maria Aparecida. O usuário-pesquisador e a análise de assuntos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 146-157, jul./dez. 2004.

ENCICLOPÉDIA mirador internacional. São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil Publicações, 1995.

ESTORNILO FILHO, José. **Representação da imagem**: indexação por conceito e por conteúdo. 2004. 90 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://infocultura.info/rabci/sites/default/files/Estorniolo-Imagem.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

FIALHO, Francisco Antônio Pereira, et al. **Gestão do conhecimento e aprendizagem**: as estratégias competitivas da sociedade pós-industrial. Florianópolis: Visual Book, 2006.

FORNI, João J. A foto do dia. **Universitas//comunicação**: revista da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília, Brasília, v. 3, n. 3, abr. 2005.

FUGMANN, Robert. The complementarity of natural and indexing languages. In: CHAN, L. M.; RICHMOND, P.; SVENONIUS, E. Theory of subject analysis. Littleton, Libraries Unlimited, 1985. p. 390-402.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

GARDIN, Jean-claude. Document analysis and linguistic theory. **Journal of documentation**, v. 29, n. 2, p. 137-168, jun. 1973.

GILLILAND-SWETLAND, A. J. **Introduction to metadata**: Setting the stage. 2000. Disponível em: <<http://www.slis.kent.edu/~mzeng/metadata/Gilland.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2008.

GUIMARÃES, Alda Maria Soares; MARQUES, Maria das Graças Carvalho. **Proposta para a elaboração de uma política de indexação de acervo fotográfico do Superior Tribunal Militar**. Brasília: STM/DIDOC, 2008.

GRANDE enciclopédia barsa. 3. ed. São Paulo: Barsa Planeta Internacional, 2005.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY, Pierre; AUTHIER, Michel. **As árvores do conhecimento**. São Paulo: Escuta, 1995.

LOUGHRIDGE, B. Knowledge management, librarians and information managers: fad or future? **New Library World**, v. 100, n. 1151, p. 245-253, 1999.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. A obra de arte musealizada: de objeto de contemplação à fonte de informação. In: INTERDISCURSOS da Ciência da Informação: arte, museu e imagem. Rio de Janeiro: IBICT-DEP, 2000. p. 105-126.

MALHOTRA, Yogesh. **Knowledge Management for the New World of Business**. Disponível em: <<http://www.brint.com/km/whatis.htm>>. Acesso em: 10 out. 2008.

MANINI, Miriam Paula; LIMA-MARQUES, Mamede; MIRANDA, Alex Sandro Santos. **Ontologias: indexação e recuperação de fotografias baseadas na técnica fotográfica e no conteúdo da imagem**. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--151.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2008.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12910.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2008.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. cap. 1, p. 1-34.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**. 16. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c1994.

MELO, Luiz Eduardo Vasconcelos de. **Gestão do conhecimento: conceitos e aplicações**. São Paulo: Ed. Érica, 2003.

MESQUITA, Zilá; SILVA, Valéria Pereira da. Lugar e imagem: desvelando significados. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 34, p. 116-138, jul./dez. 2004.

MIRANDA, Alex Sandro Santos. **Ontologias**: indexação e recuperação de fotografias baseadas na técnica fotográfica e no conteúdo da imagem. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdt.d.bce.unb.br/te-desimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2712>. Acesso em: 27 ago. 2008.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Gestão da informação e do conhecimento. In: INTELIGÊNCIA organizacional e competitiva. Brasília: Ed. UnB, 2001, p. 111-142. _____ . Memória organizacional e gestão do conhecimento. In: INTELIGÊNCIA, informação e conhecimento. Brasília: IBICT, 2006, p. 277-302.

MURGUIA, Eduardo Ismael; REGISTRO, Tânia Cristina. O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. **Transinformação**. Campinas, v. 18, n. 1, p. 71-82, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=12#Artigos>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Princípios e técnicas de indexação, com vistas à recuperação da informação. Disponível em: <www.finaltec.com.br/oicd/uploads/principios_tecnicas_de_indexacao.doc> -> Acesso em: 22 set. 2008.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 17. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c1997.

ORTEGA, Cristina Dotta. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. **Transinformação**. Campinas, v. 20, n.1, p. 7-15, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=18#Artigos>>. Acesso em: 12 set. 2008.

PEREIRA, Adriana Gomes; CIANCONI, Regina de Barros. Potencial de atuação do bibliotecário em atividades de inteligência organizacional: estudo de caso na Universidade Federal Fluminense. **Transinformação**. Campinas, v. 20, n.1, p. 83-98, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=18#Artigos>>. Acesso em: 12 set. 2008.

PÉREZ-MONTORO GUTIÉRREZ, Mario. O conhecimento e sua gestão em organizações. In: INTELIGÊNCIA, informação e conhecimento. Brasília: IBICT, 2006. p. 117-138.

PRINCÍPIOS de indexação. **Revista da Escola de biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.

PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. **Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

REZENDE, Denis Alcides. Sistemas de conhecimento e as relações com a gestão do conhecimento e com a inteligência organizacional nas empresas privadas e nas organizações públicas. In: INTELIGÊNCIA, informação e conhecimento. Brasília: IBICT, 2006. p. 257-276.

ROBREDO, Jaime. Redes de informação e de gestão do conhecimento: modelagem e estrutura de informações. In: INTELIGÊNCIA, informação e conhecimento. Brasília: IBICT, 2006. p. 303-335.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo Bastos da. Aplicação de técnicas infométricas para identificar a abrangência do léxico básico que caracteriza os processos de indexação e recuperação da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 27, n. 1, 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000100003> Acesso em: 15 de set. 2008.

ROWLEY, J. What is knowledge management? **Library Management**, v. 20, n.8, p. 416-419, 1999.

ROWLEY, Jeniffer. **Informática para bibliotecas**. Brasília : Briquet de Lemos, 1994. 303 p.

SALTON, G. **An Introduction to Modern Information Retrieval**. New York: McGraw-Hill, 1983.

SANTIAGO JÚNIOR, José Renato Sátiro. **Gestão do conhecimento: a chave para o sucesso empresarial**. São Paulo: Novatec, c2004.

SHATFORD, S. Analysing the subject of a picture: a theoretical approach. **Cataloging and classification quartely**, New York, v. 6, n. 3, p. 39-62, 1986.

SIANES, Marta. Compartilhar ou proteger conhecimentos? Grande desafio no comportamento informacional das organizações. In: GESTÃO estratégica da informação e inteligência competitiva. São Paulo: Saraiva, 2005. cap. 17.

SILVA, Cássia Maria Mello da. Imagem x palavra: questões da recuperação da informação imagética. In.: INTERDISCURSOS da Ciência da Informação: arte, museu e imagem. Rio de Janeiro: IBICT-DEP, 2000. p. 151-171.

SILVA, Rosi Cristina da. **O profissional da informação como mediador entre o documento e o usuário**: a experiência do acervo fotográfico da Fundação Joaquim Nabuco. 2006. Disponível em: <http://www.aargs.com.br/cna/anais/rosi_silva.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2008.

SMIT, Johanna W. A representação da imagem. **Informare**: cadernos do programa de pós-graduação em ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.

SOERGEL, D. **Organizing information**: principles of database and retrieval systems. New York: Academic Press, 1985.

STAREC, Cláudio. A dinâmica da informação: a gestão estratégica da informação para a tomada de decisão nas organizações. In: GESTÃO estratégica e inteligência competitiva. São Paulo: Saraiva, 2005. cap. 4, p. 47-64.

STREHL, Letícia. Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes. **Ciência da informação**, Brasília, v. 27, n. 3, set., 1998.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000300011>. Acesso em: 20 set. 2008.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Gerenciando conhecimento**: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento dos negócios. Rio de Janeiro: Senac, 2000.

TITÃO, Fábila Porto; VIAPIANA, Noeli. A importância da organização da informação no século XXI: reflexões. **Revista ACB**: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 26-36, jan./jun. 2008.

TOREZAN, Isabela Mara Valle. **Fotografia e informação**: aspectos gerais de análise e indexação da imagem. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdttd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1527>. Acesso em 27 ago. 2008.

Wilson, Thomas Daniel. Towards an information management curriculum. **Journal of information science**. vol. 15, n. 4/5, p.203-209, 1989.

_____. A problemática da gestão do conhecimento. In: INTELIGÊNCIA, informação e conhecimento. Brasília: IBICT, 2006. p. 37-55.

ZORRINHO, C. **Gestão da informação, condição para vencer**. Portugal : lapmei, 1995. p.15.

13 ANEXO A – Arquivo fotográfico

ARQUIVO FOTOGRAFICO

2 PESSOAL

21 MINISTRO

- 210 GALERIA DE MINISTRO
 - 2101 INAUGURAÇÃO DE FOTO
- 211 GALERIA DE MINISTROS
 - 2111 GALERIA DE MINISTROS - INAUGURAÇÃO
- 212 GALERIA DE VICE-PRESIDENTES
 - 2121 GALERIA DE VICE-PRESIDENTES - INAUGURAÇÃO
- 213 POSSE NO STM – Geral (execução para os especificados)
- 214 POSSE NA PRESIDÊNCIA
 - 2141 POSSE NA VICE-PRESIDÊNCIA
 - 2142 CORTE
- 215 DESPEDIDA NA PRESIDÊNCIA
 - 2151 DESPEDIDA NA VICE-PRESIDÊNCIA
 - 2152 DESPEDIDA NO STM (SERVIDORES)
- 216 INTERNET
- 217 PASSAPORTE
- 218 ANIVERSARIO DO MINISTRO
- 219 ANIVERSARIO DP GABINETE

22 JUIZ-AUDITOR

- 220 POSSE

23 JUIZ-AUDITOR CORRUGEDOR

24 SERVIDORES

- 240 POSSE
- 241 DIRETOR-GERAL
 - 2411 GALERIA
 - 2412 POSSE
 - 2413 DESPEDIDA
 - 2414 ANIVERSÁRIO
- 242 DIRFTORES DE SERVIÇO

- 2420 POSSE
- 2471 DESPEDIDA
- 2472 ANIVERSARIO
- 243 SEM VÍNCULO COM O STM
- 244 TERCEIRIZADO
- 245 DESPEDIDA
- 25 MISSÕES FORA DA SEDE VIAGENS A SERVIÇO
 - 251 NO PAIS
 - 2511 INSPEÇÃO AS AUDITORIAS
- 26 PROCURADOR-GERAL
 - 261 PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

4 PATRIMÔNIO

- 41 EDIFÍCIO-SEDE-STM
 - 411 SEDE PROVISORIA (QUARTEL-GENERAL)
 - 412 RUA MARECHAL ~~FRANCO~~ ~~ALBUQUERQUE~~
 - 4121 FACHADA
 - 413 PRAÇA DA REPÚBLICA
 - 4131 FACHADA
 - 4132 GABINETE DA PRESIDÊNCIA
 - 4133 PLENÁRIO
 - 4134 VITRAL
 - 4135 LUSTRES
 - 4136 SALA DE CAFÉ
 - 4137 SALÃO NOBRE
 - 414 PRAÇA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
 - 4141 CONSTRUÇÃO
 - 4142 ENTREGA DO PRÉDIO
 - 4143 INAUGURAÇÃO
 - 4144 FACHADA
 - 4145 GABINETE DA PRESIDÊNCIA
 - 4146 PLENÁRIO

- 4147 SALÃO NOBRE
- 4148 ESTACIONAMENTO E GARAGEM
- 4149 BIBLIOTECA (DIDOC)
 - 41491 LEGISLAÇÃO
 - 41492 CONSERVAÇÃO
- 415 IMÓVEL FUNCIONAL
 - 4151 CONSTRUÇÃO
- 416 MUSEU E PEÇAS DO MUSEU
 - 41461 RESERVA TÉCNICA
- 419 SALA DE ADVOGADOS
- 42 AUDITÓRIAS
 - 4201 AUDITÓRIA DE CORREÇÃO
 - 4202 1ª AUDITÓRIA DA 1ª CJM
 - 4203 2ª AUDITÓRIA DA 1ª CJM
 - 4204 3ª AUDITÓRIA DA 1ª CJM
 - 4205 4ª AUDITÓRIA DA 1ª CJM
 - 4206 DIRETORIA DO FORO DA 1ª CJM
 - 4207 1ª AUDITÓRIA DA 2ª CJM
 - 4208 2ª AUDITÓRIA DA 2ª CJM
 - 4209 DIRETORIA DO FORO DA 2ª CJM
 - 4210 1ª AUDITÓRIA DA 3ª CJM
 - 4211 2ª AUDITÓRIA DA 3ª CJM
 - 4212 3ª AUDITÓRIA DA 3ª CJM
 - 4213 AUDITÓRIA DA 4ª CJM
 - 4214 AUDITÓRIA DA 5ª CJM
 - 4215 AUDITÓRIA DA 6ª CJM
 - 4216 AUDITÓRIA DA 7ª CJM
 - 4217 AUDITÓRIA DA 8ª CJM
 - 4218 AUDITÓRIA DA 9ª CJM
 - 4219 AUDITÓRIA DA 10ª CJM
 - 4220 AUDITÓRIA DA 11ª CJM

4221 AUDITORIA DA 12ª CJM

43 OBRAS DE ENGENHARIA

431 REFORMA RECUPERAÇÃO RESTAURAÇÃO AMPLIAÇÃO

44 SINISTRO

441 INUNDAÇÕES

442 VEÍCULOS

9 ASSUNTOS DIVERSOS

91 SOLENIDADES COMEMORAÇÕES PRÊMIOS MEDALHAS PLACAS
SELLOS CONDECORAÇÃO APRESENTAÇÕES HOMENAGENS

910 ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILITAR

9101 ORDEM DO MÉRITO FORA DO STM

911 DIA DA BANDEIRA

912 DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

913 CONFRATERNIZAÇÃO NATALINA

9131 MINISTROS

9132 SERVIDORES

9133 DIRETORES

9134 DIDOC

9135 CAPITAL

9136 MINISTROS ASSESSORES E DIRETORES

914 COMEMORAÇÃO DO DIA DAS MÃES

915 FESTA JUNINA

916 PÁSCOA JUDICIÁRIA

9161 MISSA DA PÁSCOA JUDICIÁRIA

917 CULTO RELIGIOSO

918 DIA DAS MULHERES

92 CONGRESSOS CONFERÊNCIAS SEMINÁRIOS SIMPÓSIOS
ENCONTROS CONVENÇÕES CICLO DE PALESTRAS MESAS-REDONDAS
PAINÉIS CURSOS REUNIÕES

921 CONGRESSO DE DIREITO MILITAR

922 ENCONTRO DE MAGISTRADOS

- 923 ENCONTRO DE DIRETORES DE SECRETARIA
- 924 ENCONTRO DE CHEFES DE SEÇÕES
- 925 CURSOS
- 926 PALESTRAS
- 927 REUNIÕES
- 928 SESSÃO PLENÁRIA
- 929 SEMANA DE SAÚDE
- 93 FEIRAS SALÕES EXPOSIÇÃO MOSTRAS CONCURSOS FESTAS
- 931 ANIVERSÁRIO DO STM
- 932 LANÇAMENTO DE LIVRO
- 933 TELA-CONFERÊNCIA
- 934 ENTREVISTAS
- 94 VISITAS E VISITANTES
 - 9401 PRESIDENTES DA REPÚBLICA
 - 9402 GOVERNADORES
 - 9403 MINISTROS DE ESTADO
 - 9404 MINISTROS DE OUTROS TRIBUNAIS
 - 94041 MINISTROS ESTRANGEIROS
 - 94042 MINISTROS DO STM
 - 9405 PARLAMENTARES
 - 94051 DEPUTADOS
 - 94052 SENADORES
 - 9406 MILITARES
 - 9407 ESTUDANTES
 - 94071 NOVOS CONCURSADOS
 - 9408 AUDITORES CÍVIS
 - 94081 OUTRAS INSTITUIÇÕES
- 95 COMISSÕES CONSELHOS GRUPOS DE TRABALHO JUNTAS
COMITÊS
 - 951 CONVÊNIOS
 - 952 ASSINATURA DE CONTRATOS

96 ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, PROFISSIONAIS E DE SERVIDORES

96.1 ASSFJUMI

96.2 AMAJUM

97 ATIVIDADES SOCIAIS, DOAÇÕES, CAMPANHAS

98 PRESIDENTE DA REPÚBLICA (MILITAR)

DADOS PARA O PREENCHIMENTO DA FICHA

Expressões que podem ser úteis

- Centro
- Em cima no centro
- Embaixo no centro
- Canto superior esquerdo
- Canto superior direito
- Em cima à esquerda
- Em cima à direita
- Centro à esquerda
- Centro à direita
- Embaixo à esquerda
- Embaixo à direita
- Canto inferior esquerdo
- Canto inferior direito
- Verso, centro
- Verso, em cima no centro
- Da direita para a esquerda
- A direita
- A esquerda
- Acenando com a mão direita ou esquerda
- De, em pé
- De braço dado

- De braços
- De mãos dadas
- Descendo
- Diante de
- Dormindo
- Entrando
- Saído
- Próximo da-ao
- Junto a/de
- Paletó
- Perna
- Pe
- Sentado
- Série
- Saído
- Entrando
- Subindo
- Descendo
- Venão
- Zangado
- Chorando
- Sorrindo
- De perfil
- De frente
- Meio corpo
- Corpo inteiro
- Olho esquerdo direito aberto
- Boca aberta, cerrada, semi-aberta
- De óculos
- Sem óculos

- De frente
- Bebendo
- Fumando
- Figura masculina/feminina
- Juventude/ancião/meia idade
- Apoiado
- Triste
- Alegre
- Contemplativo
- Sereno
- Cabeça inclinada à direita/ à esquerda
- Pendente para frente/ para trás/ reto
- % de perfil
- Rosto oval/triangular/arredondado
- Olhos amendoados/grandes/fechados
- Nariz aquilino/reto/afilado/largo
- Labios carnudos/afilados
- Queixo em montículo/anguloso/bipartido
- Cabelos longos/curtos/em mechas/ em estrias
- Barba bipartida/ em tolo
- Bigode vasto/fino/saindo das narinas
- Pescoço curto/longo/com veias aparentes
- Braços estendidos ao longo do corpo/para trás/atados às costas/flexionados à frente
flexionados - o direito para o alto e o esquerdo à altura da cintura/braço direito
carregando - o esquerdo flexionado junto ao tronco
- Mãos espalmadas/postas/entreabertas/fechadas/mão esquerda segurando -
- Pernas estendidas/flexionadas/semiflexionadas/perna direita em recuo/perna
esquerda ligeiramente flexionada à frente
- Pés paralelos em ângulo/calçados/descalçados em marcha

ANEXO B – Ficha catalográfica do acervo fotográfico

	CLASSIFICAÇÃO:		
DESCRIÇÃO:	Nº DE REGISTRO:		
	PALAVRAS CHAVES		
FOTOGRAFO:			
LOCAL:	ANO DO ORIGINAL:		
OBSERVAÇÕES:			

MATERIAL			
PAPEL	NEGATIVO	CONTATO	1ª GERAÇÃO
CELULOSE	POSITIVO	REDUÇÃO	2ª GERAÇÃO
	DIPOSITIVO	AMPLIAÇÃO	3ª GERAÇÃO
DIMENSÕES (EM CM)			
	COR	P/B	20 X 24
8 X 9	10 X 10	15 X 21	24 X 30
9 X 12	10 X 15	18 X 24	
CONSERVAÇÃO			
RASGADO	MANCHADO	RISCADO	AMASSADO
C/ DOBRA	QUEBRADO	ESCRITO	PERFURADO
C/ FUNGO	PERFEITO	COLADO	
PROCEDÊNCIA DOS ORIGINAIS		PUBLICAÇÕES:	
REPRODUÇÃO			
DATA:	NEGATIVO Nº:	JAQUETA Nº:	POSIÇÃO Nº:

ANEXO C – Questionário aplicado à unidade do acervo fotográfico

- 1) Quando foi criado o acervo fotográfico do STM?
- 2) Porque foi criado?
- 3) Em que suporte as fotografias são armazenadas?
- 4) Qual o tamanho do acervo fotográfico?
- 5) Qual a média anual de crescimento do acervo?
- 6) Quem são os usuários do acervo fotográfico?
- 7) Qual a formação acadêmica da equipe que trabalha com o acervo fotográfico?
- 8) O acervo fotográfico recebe algum tipo de tratamento informacional?
- 9) Qual é a forma de arquivamento?
- 10) Existe uma política de seleção de material para o acervo fotográfico?
- 11) Existe a descrição do contexto em que a fotografia foi tirada? Justifique?
- 12) Na descrição dos personagens representados na imagem existe a preocupação com a exatidão nos detalhes?
- 13) Existe a descrição física da fotografia? (tamanho, cor, tipo de suporte, entre outros). Se a resposta for afirmativa quais os parâmetros descritos?
- 14) Existe ficha catalográfica das fotografias?
- 15) Qual o formato utilizado AACR-2, ou outro qualquer?
- 16) É utilizada alguma linguagem documentária?
- 17) É realizada alguma indexação? Qual a metodologia utilizada?
- 18) É usado algum sistema de gerenciamento da informação? Se o processo não for automatizado há alguma previsão?
- 19) Como a recuperação da informação é realizada?
- 20) Existem dificuldades na recuperação da informação? Quais?
- 21) Existe projeto de digitalização das fotografias?
- 22) Como é feito o processo de conservação?
- 23) Onde e como o material é armazenado?
- 24) Existem medidas para proteção do acervo em caso de catástrofe?
- 25) O Órgão adota alguma política de depósito legal?